



1  
2 GOVERNO FEDERAL  
3 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
4 CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE  
5  
6  
7



8  
9  
10  
11  
12  
13 **XIII Reunião da Comissão Técnica Tripartite**  
14 **Nacional**  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24

25  
26 Sala Multimídia, 5º andar - MMA  
27 Brasília/DF, 17 de setembro de 2007  
28 (Transcrição *ipsis verbis*)  
29 (Empresa ProixL Estenotipia)  
30  
31

**32O SR. HAMILTON P. DA SILVA (MMA – SAIC)** – Boa tarde. Vamos começar a nossa  
33reunião. Em primeiro lugar agradecer a presença de cada um, cumprimentar os amigos,  
34que sejam bem-vindos. E nós gostaríamos de aproveitar esse espaço dessa tarde de  
3517 que nós estamos as véspera da realização de um momento importante de um  
36debate das questões das políticas ambientais e um momento, que eu diria, simbólico e  
37importante com a abertura amanhã do II Encontro Nacional dos Povos das Florestas,  
38dezenove anos depois do primeiro. Eu perguntei porque demora um tempo tão grande  
39entre um e outro Encontro e o pessoal me disse que é tão difícil que tem que ser  
40passado para a geração seguinte, mas de todo modo eu creio que esse momento  
41poderá significar uma contribuição importante dos Movimentos Sociais para essa  
42discussão que, em última análise, vai nos envolvendo a todos, seja do âmbito  
43propriamente do Estado, entendido aí União Estados e Municípios, como também o  
44envolvimento dos diversos segmentos sociais. E hoje até meio com certa inquietação  
45eu li uma notícia de uma pesquisa publicada no jornal do Estado de São Paulo que  
46indaga os jovens quem é que deposita o lixo fazendo a seleção e 91% disse que não  
47faz isso. Eu acho que isso dá um pouco a idéia do desafio que nós temos pela frente  
48que não é um desafio apenas do Estado, é um desafio da sociedade inteira. Aqui,  
49evidentemente, no nosso espaço a gente faz o esforço no sentido de definir com maior  
50clareza possível as nossas responsabilidades porque de fato nós estamos diante de um  
51desafio de natureza cultural entre outras dimensões, evidentemente. Eu gostaria de dar  
52as boas-vindas a todos em nome da Ministra Marina Silva que hoje participa de uma  
53atividade em São Paulo, essa série chamada Diálogos Capitais e ela está em São  
54Paulo e deve chegar aqui no final da tarde de hoje. E propor essa agenda, para nosso  
55diálogo aqui, que está ali no telão, evidentemente aberta a outras sugestões. Uma  
56primeira etapa com os informes, Portaria de Nomeação dos novos membros da  
57tripartite, uma informação sobre uma solicitação apresentada pela ANAMMA e pela  
58ABEMA ao Ministério sobre o espaço físico aqui em Brasília, a tramitação do processo  
59de regulamentação do Artigo 23 da Constituição Federal que está em transmissão na  
60Câmara, a III Conferência Nacional do Meio Ambiente, o I Encontro Nacional de  
61Colegiados Ambientais que está em fase de preparação, ambos. O segundo ponto é  
62definição da agenda de trabalho para o período de 2007/2008, o Encontro das  
63Comissões Técnicas Tripartite Estaduais, avaliação do PNC, a estratégia de  
64continuidade, a estratégia de financiamento do SISNAMA, o planejamento das ações do  
65PNMA 3, da integração do SINIMA com o SISNAMA e articulação do SISNAMA com o  
66(?) e os assuntos gerais. Então eu queria, antes aqui de darmos andamento, consultá-  
67los sobre se haveria algum ponto de interesse dos presentes para que nós pudéssemos  
68incluir nessa pauta para a nossa atividade começar a andar aqui. Ok? Só uma primeira  
69informação. Encaminhamos para assinatura a Portaria de mudança dos representantes  
70do Ministério na Tripartite e dos novos membros das Entidades, que está em  
71procedimento essa Portaria e deve ser assinada nos próximos dias porque até esse  
72momento é interesse do Ministério. Está aí o Langone como Titular, mas o Langone  
73está batalhando pela vida e pelo meio ambiente em outros espaços, como sabemos.  
74Então eu creio que teremos formalizando essa Portaria assinada e publicada nos  
75próximos dias. A segunda informação é que nos chegou, particularmente à SAIC -  
76Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania uma solicitação de espaço físico  
77para que vocês tenham, ABEMA e ANAMMA, tenham aqui em Brasília um ponto de  
78apoio que pudesse contribuir e ajudar nas articulações. Essa solicitação nós vamos  
79submetê-la na próxima reunião dos dirigentes do Ministério para apreciação e a  
80resposta, penso que já na semana próxima. Nós daremos uma resposta a respeito

81disso. Evidentemente é uma demanda que nós pretendemos acolher com todo carinho  
82e respeito, e dentro dos marcos institucionais, como deve ser, nós poderemos oferecer  
83essa contribuição e esse apoio. Eu quero passar para o Paulo Sérgio, para que ele  
84possa nos transmitir uma informação mais detalhada sobre a regulamentação do art. 23  
85e as perspectivas de calendário de votação, porque isso está vindo provavelmente  
86ainda esta semana. E nós estamos esperando pelo Ivo, que vai oferecer também uma  
87informação sobre o andamento da 3ª Conferência Nacional do Meio Ambiente.

88

89

**90O SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS) –** Enfim, antes de  
91nós fazermos o informe sobre a tramitação da regulamentação do art. 23 talvez fosse o  
92caso de nós fazermos uma rápida apresentação. Quase todos se conhecem, mas acho  
93importante todos se situarem em relação a quem representa o que, etc. Podemos  
94fazer? Bom, eu sou Paulo Sérgio (?), sou diretor do Departamento de Coordenação do  
95SISNAMA, que é o departamento ligado à Secretaria Articulação Institucional e  
96Cidadania, cujo titular é o Hamilton Pereira da Silva.

97

98

**99O SR. FRANCISCO SIMÕES PIRES (ABEMA/SEMA - RS) –** Secretário Adjunto da  
100Secretaria de Meio Ambiente do Rio grande do Sul, Francisco Simões Pires, pela  
101ABEMA.

102

103

**104O SR. JOSÉ DE PAULA MORAIS FILHO (ABEMA/SEMARH - GO) –** Secretário de  
105Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás, José de Paula Morais Filho. ABEMA,  
106Goiás.

107

108

**109O SR. VALMIR GABRIEL ORTEGA – (ABEMA/SEMA - PA) –** Secretário de Meio  
110Ambiente do Estado do Pará, Valmir Ortega. Pela ABEMA também.

111

112

**113O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (ABEMA/FEAM - MG) –** José Cláudio  
114Junqueira, presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente. Minas Gerais, ABEMA.

115

116

**117O SR. SEBASTIÃO NEY VAZ (SEMASA – SP) –** Sebastião Ney Vaz, superintendente  
118do SEMASA. Santo André, ANAMMA.

119

120

**121O SR. EUGÊNIO SPENGLER – (Consultor/CS) –** Estava consultor do Ministério do  
122Meio Ambiente e *justo (?)* trabalhando a questão das comissões tripartites e *tendo (?)*  
123da diretoria de coordenação do SISNAMA.

124

125

**126O SR. GERALDO VITOR DE ABREU (DCRS/SAIC/CNMA) –** Eu sou Geraldo Vitor,  
127coordenador executivo da Conferência Nacional do Meio Ambiente, vinculado ao  
128Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental e à Secretaria de  
129Articulação Institucional.

130 **SR. MARCELO BARBOSA – (SINIMA/DCS/SAIC/MMA)** – Marcelo Parente. Eu sou  
131 do (?) ligado ao DCS – Departamento de Coordenação do SISNAMA, ligado à SAIC.

132

133

134 **A SR.ª DIANE MARA F. VARANDA RANGEL (CMA/CNM)** – Diane Rangel. Estou na  
135 Coordenação de Meio Ambiente da Confederação Nacional de Municípios, e represento  
136 a Confederação aqui.

137

138

139 **A SR.ª VIRGÍNIA MÜZELL (MMA/DSIS/SAIC)** - Sou coordenadora do Programa  
140 Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais do Departamento de Coordenação do  
141 SISNAMA.

142

143

144 **A SR.ª FARIDA XIMENES (MMA/DSIS/SAIC)** – Fárida Ximenes. Eu sou da  
145 Assessoria do Departamento de Coordenação do SISNAMA.

146

147

148 **A SR.ª RAQUEL MARIA COSTA (MMA/GAB/SAIC)** – Eu sou Raquel Costa, assessora  
149 da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Trabalho com o  
150 secretário Hamilton.

151

152

153 **SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – Bom, então  
154 vamos dar início aos informes que estão faltando, começando pela tramitação do  
155 Projeto de Lei Complementar de regulamentação do art. 23. Só para situar: esse projeto  
156 reiniciou a sua tramitação em outubro do ano passado, a partir de uma proposta do  
157 Governo, que acompanhou as diversas medidas relativas ao PAC, no sentido de se  
158 regulamentar... (Chegando Dr. Eugênio Cunha, presidente da ABEMA). Bom, dando  
159 seqüência ao informe: a partir da proposta que o Governo apresentou junto com as  
160 medidas do PAC em outubro do ano passado, esse projeto reiniciou a sua tramitação  
161 no Congresso Nacional, já que existia uma proposta inicial apresentada ainda no ano  
162 de 2000 pelo então deputado Sarney Filho (em 2000) que também tinha como objeto a  
163 regulamentação das competências comuns de gestão ambiental entre os três entes  
164 federados – entre estados, municípios e União. Este Projeto de Lei Complementar, ele  
165 começou a tramitar inicialmente pela Comissão de Agricultura da Câmara dos  
166 Deputados. Na Comissão de Agricultura recebeu mais de 200 emendas. A maior parte  
167 das emendas, inclusive, introduzindo outros assuntos muito pouco relacionados com o  
168 objeto específico dele, que era a definição das atribuições de gestão ambiental. Foi  
169 elaborado um substitutivo pelo Dep. Moacir Miqueletto, da Comissão de Agricultura,  
170 muito ligado à bancada (?). Esse substitutivo foi aprovado na Comissão de Agricultura e  
171 foi encaminhado para a Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Na comissão de Meio  
172 Ambiente teve como relator o atual presidente da Comissão de Meio Ambiente, que é o  
173 Deputado Nilson Pinto. O Deputado Nilson Pinto elaborou um outro substitutivo,  
174 retirando em grande parte as “contribuições” que haviam sido enxertadas nesse projeto  
175 pela Comissão de Agricultura. A partir dessa primeira versão que foi apresentada do  
176 substitutivo do Deputado Nilson Pinto, o Ministério do Meio Ambiente, ABEMA e  
177 ANAMMA procuraram estabelecer um diálogo direto com o deputado, no sentido de  
178 apresentar mais sugestões, no sentido de aperfeiçoar. Em alguns casos, de certa

179forma, remar um pouco o espírito inicial do Projeto de Lei que havia sido encaminhado  
180pelo Governo, que tinha como centro a questão da distribuição das atribuições de  
181gestão ambiental por parte dos três entes federados. O Ministério, ABEMA e ANAMMA  
182acabaram chegando a um consenso em relação a um conjunto de sugestões a serem  
183propostas para serem encaminhadas para o Deputado Nilson Pinto. Tivemos uma  
184primeira reunião com ele. Ele se mostrou bastante receptivo em relação às sugestões  
185que foram levantadas, mas levantou uns pontos que ainda permaneciam... Na nossa  
186conversa com ele alguns pontos ainda permaneciam um pouco controversos em  
187relação ao substitutivo que ele iria apresentar. E ele na ocasião inclusive se mostrou  
188também muito aberto a sugestões que haviam sido apresentadas também pela CNI –  
189Confederação Nacional da Indústria. Algumas reivindicações que estavam sendo feitas  
190de inclusão de algumas questões do substitutivo que a CNI estava apresentando e,  
191portanto, ele não se comprometia de antemão com as propostas que a Tripartite  
192Nacional, em última instância, estava apresentando, exatamente porque sabia que  
193existia uma pressão forte também por parte do setor empresarial no sentido de definir,  
194sobretudo de aumentar o grau de segurança jurídica com relação à distribuição das  
195atribuições de gestão ambiental entre os três entes federados. Essa era a principal  
196preocupação que a CNI apresentava em relação ao substitutivo que estava sendo  
197apresentado. A partir dessa conversa que nós tivemos com o deputado nós  
198procuramos, então, avançar um pouco mais na definição dessas atribuições, na  
199tentativa de diminuir o grau de insegurança jurídica que pudesse restar em relação à  
200definição, que basicamente... Enfim, a distribuição das atribuições tinha como eixo  
201central à questão da abrangência do impacto das atividades que estavam sendo  
202desenvolvidas para definir em que âmbito que essas atividades seriam licenciadas. E a  
203questão da abrangência de impacto comportava de certa forma algum aspecto de  
204subjetividade que poderia muito bem ser levantado para o judiciário ou de algum ator  
205envolvido que se sentisse prejudicado pela definição de um dos entes federados como  
206agente licenciador, como agência licenciadora. E depois de muita discussão, que  
207envolveu aí no caso... Nós propriamente entramos em contato através da ABEMA e  
208ANAMMA, que estavam representados pelo Langone como consultores. Entraram em  
209contato diretamente com a CNI, avançaram bastante nesse diálogo e, no segundo  
210momento, nós nos incorporamos também, na tentativa de precisar melhor essas  
211atribuições. Aqui nós envolvemos não apenas a Diretoria de Licenciamento e Avaliação  
212Ambiental do Ministério, como a DILIQ, Diretoria de Licenciamento do próprio IBAMA. E  
213acabamos chegando finalmente na sexta-feira há uma redação que acabou  
214contemplando todas as partes, me parece. Parece-me que realmente é consenso. Nós  
215já estávamos um pouco fora do prazo, porque o prazo que nós tínhamos para  
216apresentar essas sugestões ia até quinta-feira passada, já que o Deputado Nilson Pinto  
217pretendia colocar em votação já esta semana o substitutivo dele, ainda no âmbito da  
218Comissão de Meio Ambiente da Câmara, mas conseguimos uma prorrogação para  
219discutir pelo menos esse assunto. Posteriormente vamos apresentar sugestão *sobre* (?)  
220esse assunto. E acabamos apresentando, portanto, uma sugestão de consenso entre  
221Ministério, ABEMA, ANAMMA e CNI. Particularmente a inclusão da CNI nesse  
222consenso que foi construído nós consideramos importante, porque de certa forma  
223introduz um pouco uma cunha na relação da CNI com a CNA, com a Confederação  
224Nacional da Agricultura, que estava defendendo sobretudo o substitutivo do Deputado  
225Moacir Miqueletto, que havia sido apresentado na Comissão de Agricultura. Portanto,  
226isso faz com que aumentem bastante as chances de que as nossas sugestões venham  
227a ser absorvidas efetivamente pelo Deputado no substitutivo que ele vai apresentar

228 agora. E é bem provável que seja colocado em votação esse substitutivo já agora na  
229 quarta-feira, que é a próxima reunião da Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Uma  
230 vez aprovado... E aí realmente não cabe mais emenda no substitutivo nessa fase, quer  
231 dizer, ou a comissão aprova ou rejeita o substitutivo dele. Em caso de aprovação  
232 possivelmente esse projeto ainda vai ter que passar pela Comissão de Justiça da  
233 Câmara, a menos que alguém peça regime de urgência para votação, então, ele vai  
234 direto para a Plenária; mas é pouco provável, é mais provável que passe efetivamente  
235 pela Comissão de Justiça. E, uma vez passando pela Comissão de Justiça ele deve ser  
236 encaminhado para plenário na Câmara. Na Comissão de Justiça nós tivemos já um  
237 entendimento inicial com o Deputado Maurício Hands no encontro da ANAMMA lá em  
238 Recife, ele se mostrou também bastante receptivo em relação às sugestões que  
239 estavam sendo encaminhadas em consenso pelo Ministério, ABEMA e ANAMMA. E ele  
240 provavelmente vai ser o relator do projeto na Comissão de Justiça da Câmara, o que  
241 nos faz supor que a tramitação tende a ser rápida na Comissão de Justiça, e deve  
242 chegar a plenário, portanto, em meados de outubro, possivelmente, esse projeto deve  
243 ser submetido ao plenário. Nós temos esperança que seja aprovado pelo menos na  
244 Câmara ainda este – esse substitutivo. E, num segundo momento, teria que ser  
245 aprovado no Senado. Mas é bem provável que... Enfim, sendo pessimista em todo  
246 processo de transmissão, eu imagino que em 2008 possivelmente teremos finalmente  
247 regulamentadas as (?) comuns de gestão de política ambiental entre os três entes  
248 federados, o que certamente vai implicar num impulso muito grande ao processo  
249 descentralização da gestão ambiental em nível de País, e que tem sido um componente  
250 fundamental no nosso processo de planejamento. Nós, de certa forma, estamos nos  
251 preparando para atender a demanda que deve surgir, sobretudo por parte de  
252 municípios, já que o processo de descentralização já está bastante avançado entre os  
253 órgãos estaduais, mas, sobretudo por parte dos municípios nós imaginamos que deve  
254 haver uma demanda bastante crescente no sentido de estruturação dos seus órgãos  
255 ambientais, no sentido de capacitação desses órgãos ambientais, para que eles  
256 venham assumir as atribuições que lhes são dadas pelas competências comuns  
257 constitucionais de gestão. É esse o informe. Se alguém quiser mais detalhes depois  
258 nós podemos estar discutindo paralelamente ou aqui mesmo conjuntamente. OK?

259

260

261 **O SR. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (SAIC)** – Bom, eu quero pedir ao Geraldo  
262 Vitor, que é o secretário executivo da 3ª Conferência, que pudesse dar o informe do...  
263 (Parece que chegou material impresso aí Geraldo?) Distribuir para o pessoal para que  
264 as entidades tenham uma informação atualizada já dos passos cumpridos e dos  
265 desafios que nós temos que enfrentar. Por favor.

266

267

268 **O SR. GERALDO VITOR DE ABREU (DCRS/SAIC/CNMA)** – Boa tarde a todos e a  
269 todas. Nós tivemos a 3ª Conferência Nacional lançada em junho e iniciamos a partir de  
270 julho o contato com os estados para que nós retomássemos as articulações com as  
271 comissões organizadoras estaduais. Nós já percorremos todos os estados. Alguns de  
272 vocês certamente já receberam o nosso pessoal. E a orientação que nós passamos é  
273 para que os estados sejam instados a abrigarem na sua secretaria de meio ambiente a  
274 coordenação executiva do processo nos estados. Nós temos um quadro já bastante  
275 avançado em relação a isso. Alguns outros estados estão em processo de assumir a  
276 coordenação executiva. E as conferências estão marcadas, várias delas ocorrendo este

277ano. O prazo estabelecido para a realização das conferências no estados é até 15 de  
278março do próximo ano. E a Conferência Nacional realizar-se-á em maio de 2008. O  
279local nós ainda estamos em processo de discussão. Alguns estados ofereceram  
280propostas. E nós estamos tentando fechar um convênio para que a definição do local,  
281do estado, seja já divulgado nesse processo de preparação das conferências nos  
282estados. Nós tivemos uma reunião da comissão organizadora nacional, que discutiu  
283sobre o Regimento Interno, e foram incorporadas algumas novas entidades à comissão  
284organizadora nacional anterior a essa data. O Regimento Interno aprovado. Está sendo  
285submetido agora ao conselho dirigente do Ministério e em breve sairá publicado na  
286forma de portaria, como prevê o decreto que criou a Conferência. Eu acho que de  
287conferência, o quadro nos estados, estado por estado nós temos... uma definição. Não  
288trouxe...

289

290

291**O SR. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (SAIC)** – Geraldo, já aconteceram algumas  
292municipais, não é?

293

294

295**O SR. GERALDO VITOR DE ABREU (DCRS/SAIC/CNMA)** – Os processos de  
296conferências municipais, eles estão ocorrendo no Brasil inteiro. Já tivemos em capital,  
297São Luís; vamos ter agora em São Paulo no dia 20 de outubro; e têm várias datas já  
298marcadas nos estados. O que nós temos notado a necessidade é de uma articulação  
299ainda maior com os estados para que nós possamos efetivamente fazer boas  
300conferências e em patamares melhores do que as duas anteriores. Nós já temos a  
301produção do material publicitário da conferência. Ele vai estar sendo encaminhado aos  
302estados nesta semana, para as *comissões organizadoras nacional (?)*... Já saíram os  
303folderes e os (?) cartazes de divulgação, que vão ser encaminhados a todas as  
304comissões organizadoras, assim como a todas as prefeituras do Brasil. Cada prefeitura  
305receberá um material publicitário da conferência.

306

307

308**O SR. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (SAIC)** – Obrigado, Geraldo. Alguma  
309pergunta? Algum questionamento? Algum esclarecimento? Por favor, José Cláudio.

310

311

312**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (ABEMA/FEAM - MG)** – Eu só queria  
313saber se no *site* nós encontramos o calendário de reuniões dos municípios de um  
314determinado estado.

315

316

317**O SR. GERALDO VITOR DE ABREU (DCRS/SAIC/CNMA)** – Sim, o *site*, ele já foi  
318retomado também. Toda a programação, ela tem sido alimentada semanalmente  
319porque os nossos articuladores viajam aos estados, e nós temos alimentado com os  
320dados de datas e previsão de conferências no Brasil.

321

322

323**O SR. JOSÉ DE PAULA MORAIS FILHO (ABEMA/SEMARH - GO)** – Eu queria... Foi  
324bem lembrado aqui a questão da informação, porque, por exemplo, nós em Goiás já  
325encampamos proposta e estamos trabalhando já a um tempo. Eu queria saber se vai

326haver por parte do Ministério ou se ainda existe a possibilidade de apoio financeiro à  
327realização das conferências estaduais. Nós estamos com muita dificuldade, estamos  
328tentando ajudar os municípios para fazer a estadual. Nós estamos com cerca de 80  
329conferências já em andamento. Nós fizemos cerca de 25 no estado de Goiás. E  
330estamos com muita dificuldade de fazer as regionais e também a conferência estadual  
331por causa da situação financeira que não é diferente da... Mas, no primeiro momento  
332houve um aceno por parte do Ministério de que haveria apoio nesse sentido. Eu queria  
333saber se vai ter, se nós podemos contar com isso, se nós vamos conseguir fazer uma  
334conferência boa como foi feita a outra.

335

336

337**O SR. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (SAIC)** – Essa batalha é a nossa batalha, se é  
338que você me entende. Eu espero que nós possamos... Nós estamos encerrando uma  
339etapa na próxima reunião dos dirigentes que reúne a Secretaria Executiva e os  
340secretários das diferentes áreas do Ministério exatamente para, digamos, concluir o  
341processo de discussão dos procedimentos, do Regimento Interno, da temática e,  
342evidentemente, do financiamento da conferência. (Da financiamática, não é?). Então eu  
343espero que nós possamos oferecer uma resposta objetiva para isso que eu chamei “a  
344nossa luta comum”. Está certo?

345

346

347**O SR. GERALDO VITOR DE ABREU (DCRS/SAIC/CNMA)** – Secretário, nós nesse  
348contato com os estados também levamos uma proposta de captação, num modelo que  
349o Ministério produziu para captação da Conferência Nacional, para que os estados  
350pudessem também reproduzir esses projetos de captação. Obviamente o Ministério faz  
351um esforço grande para poder estar contribuindo com a realização das conferências  
352nos estados, mas com o esforço que nós passamos seria insuficiente que os estados  
353realizem boas conferências. Eu estive em Minas Gerais na semana passada  
354conversando com o secretário José Carlos, e ele acionou muito positivamente com a  
355idéia de recepcionar a coordenação executiva da conferência, e já se prontificando a  
356levar para a SESCO, que é a Secretaria de Comunicação do Estado para que nós  
357façamos um projeto de captação, e o Estado, através de suas empresas, dos seus  
358fornecedores, possam estar contribuindo.

359

360

361**O SR. EUGÊNIO MARCOS SOARES CUNHA (ABEMA/IDEMA – RN)** – Boa tarde a  
362todos. Um questionamento, inclusive que eu tenho ouvido em alguns estados, e nós  
363vamos ter uma assembléia geral hoje à noite, e alguns estados pediram, solicitaram  
364esclarecimento, por causa da representação. Porque essa representação de 50% da  
365sociedade civil, 30% do setor produtivo e somente 20 do Poder Público Federal,  
366Estadual. Existem algumas resistências. Inclusive tenho informação também que a  
367própria CNI, que tem participado com a ABEMA nessa discussão da regulamentação do  
368art. 23 discorda (?) que deveria. Então, eu gostaria que, se vocês pudessem colocar...  
369Até porque eu vou... Hoje à noite nós vamos ter essa assembléia... Porque, isso tem  
370sido uma indagação por parte de diversos representantes de estado.

371

372

373**O SR. GERALDO VITOR DE ABREU (DCRS/SAIC/CNMA)** – Bem, esse formato da  
374composição do plenário de delegados, ele segue na formatação das duas conferências

375anteriores. O diferencial é que no caso dos 20% dos municípios, 10% ficaria de cota  
376para a representação de municípios, e no caso da sociedade civil 10% dos 50% ficaria  
377dividido para as comunidades tradicionais e para os povos indígenas. Então, essa  
378alteração que houve do ponto de vista do quadro da representação de delegados nos  
379demais critérios não houve alteração. A CNI nos encaminhou uma correspondência  
380informando que não estaria presente nessa coordenação da conferência por discordar  
381dos critérios de representação, de tirar delegados. Nós estamos buscando conversas, e  
382o secretario pode esclarecer mais, para que nós cheguemos a um entendimento com  
383esse importante setor produtivo. Mas, de antemão nós dissemos que o quadro de 30%,  
384ele poderia até ser ampliado, mas o preenchimento dele em relação às conferências  
385anteriores sequer chegou a esse número de 30%. Nós tivemos cerca de 86 vagas na  
386conferência que ficou em aberto por contra da ausência de delegados. Bem, os critérios  
387de delegados... Sobre a presença da CNI... É isso...

388

389

390**O SR. EUGÊNIO MARCOS SOARES CUNHA (ABEMA/IDEMA – RN)** – A indagação é  
391porque apenas 20% do setor público. Como vamos ter uma assembléia eu gostaria que  
392tivesse esse esclarecimento para eu...

393

394

395**A SR.<sup>a</sup> DIANE MARA F. VARANDA RANGEL (CMA/CNM)** – As federações de  
396indústria tem se posicionado refratárias (?) a essa questão de ser paritária. Que não  
397seja paritária, primeira coisa. Agora, 20% também do poder público estado e  
398municípios...

399

400

401**O SR. PEDRO IVO BATISTA (CNMA)** – É consenso isso (?) representante (?). Só  
402para explicar. Houve um consenso já sobre isso.

403

404

405**O SR. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (SAIC)** – Eu queria citar... Eu acho que o  
406Eugênio propõe uma questão que é importante, porque na verdade ela trabalha com  
407dois tipos de questionamentos, que vão em sentidos contrários, porque o poder público,  
408que tem uma representação de 20% apenas deseja, pelo que eu estou entendendo  
409pelo que traz o Eugênio, a ampliação. A CNI está insatisfeita com a representação de  
41030%. Questionou, mandou uma correspondência, etc. Então, eu acho que seria  
411interessante que nós pudéssemos... O Pedro acompanhou essa discussão  
412detalhadamente, inclusive a partir do que eram os critérios antes das alterações já  
413expostas pelo Geraldo, para que ele possa nos dar uma informação, digamos, mais  
414detalhada. Eu queria, de todo modo, expressar o que já expressamos publicamente,  
415quer dizer, há um fato concreto que eu acho que é importante, é relevante, que é na 2<sup>a</sup>  
416Conferência a cota de 30% que foi estabelecida para o segmento industrial não foi  
417preenchida, ou seja, 86 vagas não foram preenchidas. O que significa no mínimo que  
418há dificuldades para preencher, digamos, esse critério democrático estabelecido no  
419processo anterior. Como eu dizia, nós aqui no Ministério estamos finalizando um  
420processo que nos chegou a partir da Comissão Nacional Organizadora da Conferência.  
421Então, nós vamos submeter ao debate essas propostas que nos chegaram, com os  
422critérios que o Geraldo acabou de mencionar. E, evidentemente, dando tratamento a  
423essa demanda que o Eugênio nos coloca.

424**O SR. EUGÊNIO MARCOS SOARES CUNHA (ABEMA/IDEMA – RN)** – Há informação  
425que (?) foi provocado por alguns representantes do estados, que eu sei que o Pedro vai  
426colocar que houve representação. A informação que a maioria tinha era de que isso era  
427paritário. Então, foi questionado. Eu não estou discutindo aqui se deva ou não ser  
428paritário. Eu gostaria que vocês tivessem as razões para... Nós vamos ter essa  
429assembléia hoje e eu levo para a assembléia, porque não paritário. Essa é a questão  
430que foi colocada por alguns estados e que pediram que isso fosse discutido dentro de  
431uma assembléia da ABEMA que ocorrerá hoje.

432

433

434**O SR. PEDRO IVO BATISTA (CNMA)** – Primeiro boa tarde a todos e a todas. Já fui  
435entrando e já fui falando. Estava numa atividade agora no Senado representando o  
436Ministério... Esse processo de construção dos critérios é um longo processo. Digamos  
437que ele não deixa todos satisfeitos não. Ninguém fica muito satisfeito porque sempre...  
438Principalmente eu reconheço que no município a dificuldade é maior. Imagine que vem  
439em 20% para os delegados municipais, é complicado porque têm muitos municípios.  
440Mas é preciso vocês também atentarem para um todo. Nos delegados natos o poder  
441público é muito grande e a sociedade civil é muito pequena. Por exemplo, toda tripartite  
442é nata. Então, todos os membros da Tripartite, estados e municípios, já são natos. Aí  
443não tem sociedade civil. É só nós do Governo Federal, nós do Governo Municipal e nós  
444do Governo Estadual. Todos os representantes do CONAMA e do CNRH são natos. A  
445presença das ONGs e movimentos sociais no CONAMA é muito menor do que a  
446presença dos órgãos públicos. E no CNRH também. Todos os conselhos de co-gestão,  
447que nós chamamos nacionais de co-gestão, tipo tudo CPDS, tudo tem dois delegados  
448também – um de governo e um de sociedade. Geralmente não é o Governo Federal.  
449Então, há uma compensação. Na medida em que há só 20%, mas há uma  
450compensação com os delegados natos, e que são tranquilos, não tem nem disputa.  
451Quer dizer, desde que não haja a dupla ou a tripla representação, por exemplo,  
452Eugênio pode ser delegado pela Tripartite. E se ele estiver no CONAMA, ele pode  
453delegar ao suplente da ABEMA no CONAMA ser o delegado. Então, isso não existe na  
454sociedade civil, porque ela não é um conselho paritário, nem CONAMA, nem o CNRH.  
455Então, nós podemos inclusive fazer esse balanceamento para ficar mais claro para  
456vocês, como no geral se equivalem os processos. A maior preocupação que nós temos  
457tido é justamente nesses 20% como fica o município. Nós estamos inclusive discutindo  
458que esses 20% de poder público... Estamos discutido, estamos abertos a isso. O  
459Governo Federal não participa mais, já que o Governo Federal também está  
460representado no conselho dirigente e na Tripartite. Então, ficaria 20% sem a disputa do  
461Governo Federal, por exemplo. Só teríamos aí os governos estaduais e os governos  
462municipais. Fazendo esse balanço a delegação fica muito equiparada, porque a  
463sociedade... Sociedade todos vocês também são, mas digamos assim, os movimentos  
464sociais e as ONGs, que é um universo enorme – vocês sabem nas conferências  
465estaduais como é essa disputa –, eles não têm quantidade de delegado nato que o  
466setor público tem. Esse é um elemento... Se você olhar o todo, Eugênio, e  
467companheiros, se você olhar o todo não é uma disparidade muito grande. E segundo  
468que isso foi consensual. Houve uma mudança na direção da ANAMMA e na última a  
469ANAMMA não foi – justificado porque estava em véspera do Congresso. Mas o  
470representante da ANAMMA que foi antes e o representante da ABEMA, não levantaram  
471nenhum questionamento nesses percentuais que, aliás, foram consagrados desde a 2ª  
472Conferência. Então, eu compreendo também que vocês tenham outros mecanismos de

473 auferir, mas eu queria que nós tivéssemos esse contexto. O caso dos empresários,  
474 realmente é um problema político, não é um problema de representação proporcional. É  
475 um problema político. Eles ficaram descontentes com as decisões da conferência e  
476 consideraram – é uma espécie de síndrome diferente – que todos se juntaram lá... “Ah,  
477 quando chega na conferência se juntam os governo locais, se junta o Governo Federal,  
478 se juntam os movimentos sociais, e é todos contra nós...” Isso não foi assim que refletiu  
479 no processo, porque o número de vagas deles eles não conseguem preencher. Nem  
480 preencheram na 1ª, nem preencheram na 2ª, nem vão preencher na 3ª, porque eles  
481 não têm a cultura de ir para a conferência, ficar três dias debatendo, e eleger  
482 delegados. A briga deles é que eles querem que a delegação deles seja direto das  
483 federações, sem passar por nenhuma discussão. E nós não consideramos correto isso  
484 porque a conferência é instrumento de democracia participativa, não é o modelo antigo,  
485 federativo. Agora, estamos super abertos para nós analisarmos, para nós repensarmos.  
486 Vamos marcar uma nova reunião, porque ainda não foi... O próprio conselho dirigente  
487 do Ministério (é isso Hamilton?) não “bateu totalmente o martelo”. Tem uma próxima  
488 reunião nesta semana que vai “bater o martelo”. E nós podemos construir juntos isso,  
489 porque a vontade política da ANAMMA, da ABEMA, portanto, dos órgãos públicos, de  
490 contribuição, de participação, de segurar esse processo... Nós estamos fazendo isso  
491 em conjunto, cada vez mais num processo gradual, seguro... (Parece-me negócio de  
492 anistia, não é?). *Cada vez mais sai Ministério nos estados (?)* e vai para os governos  
493 estaduais. Aí para os órgãos ambientais. Nós estamos “no talo” da negociação. Têm  
494 alguns estados que a secretaria quer fazer logo. Têm outros que não: “Nós não  
495 queremos agora não, queremos que...”. No caso do Ceará: “Queremos ainda ficar com  
496 o IBAMA e nós vamos aos poucos, porque nós vamos nos credenciando aos poucos”.  
497 Têm outros que estão preparados. Têm outros que assim já fizeram. Foi o caso de  
498 Goiás. Já na 2ª Conferência o Governo de Goiás seguiu e o IBAMA ajudou. Então,  
499 tem um sentido colaborativo muito grande de construção conjunta. E esse é o nosso  
500 sentimento. Então, vamos melhorar isso aí. Vamos melhorar, sem dúvida... Agora, leve  
501 em consideração isto, que tem esse processo de delegado nato, que a Sociedade Civil  
502 não participa, que é o caso, por exemplo... Digamos assim, houve um grande  
503 sentimento positivo dos movimentos organizados, porque a rigor a Tripartite ainda não  
504 é uma instância. Ela está em construção. Mas, os movimentos sociais e as ONGs,  
505 mesmo sem participarem das tripartites, reconhecem o papel importante delas, o  
506 protagonismo que a tripartite tem hoje para fortalecer o SISNAMA, e aceitaram que a  
507 tripartite seja delegado nato. Mas eles podiam ter criado um grande problema porque,  
508 na medida em que eles não estão nesse processo, eles *perdem (?)* a delegação aí.  
509 Mas é isso. Nós temos até a próxima semana para dar uma melhorada.

510

511

512 **SR. JOSÉ DE PAULA MORAIS FILHO (ABEMA/SEMARH - GO)** – Só a título de  
513 colaboração para que o presidente tenha facilidade na condução de hoje a noite: podia  
514 ter essa informação computada, não é? Quantos são esses membros natos... Para nós  
515 poderemos ter essa discussão hoje à noite.

516

517

518 **SR. PEDRO IVO BATISTA (CNMA)** – E tem outra coisa... Na Coordenação Nacional,  
519 que dessa vez virou delegado nato... Quem é da Coordenação Nacional também virou  
520 delegado nato... Nós tínhamos os setoriais – não funcionou. Ninguém fez. Ninguém  
521 reuniu. Cada setor não teve tempo, não tem disposição, fica muita sobreposição de

522reunião. O pessoal não quis fazer. Nós decidimos que todos da Coordenação Nacional  
523são também delegados. Então, tem delegação da ANAMMA, da ABEMA, da  
524Confederação dos Municípios. E os companheiros da Frente Nacional dos Prefeitos  
525acabaram de mandar um ofício solicitando integrar a Coordenação Nacional. Eu  
526também queria depois que vocês nos dessem um retorno, um *feedback* disso, porque  
527não estavam antes, só estava a Confederação Nacional dos Municípios. Como assumiu  
528um novo secretário executivo eles estão muito interessados, etc. Mas, eu acho que é  
529uma boa idéia. Vamos trabalhar... Ainda é estimativa, de qualquer jeito. Fazer uma  
530estimativa de quanto seria para ajudar nessa discussão.

531

532

533**O SR. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (SAIC)** – Eu encaminharia como proposta,  
534Eugênio, que você pegaria como subsídio essas informações, mas que depois da  
535assembléia desse um retorno para nós, porque nós estamos vivendo um momento  
536exatamente em que o conselho dirigente do Ministério está trabalhando para obter esse  
537equilíbrio. O que nos interessa é que seja uma conferência participativa, que seja um  
538instrumento democrático. Isso, evidentemente, se é instrumento democrático, ele não  
539está acabado, ele tem que ir se aprimorando. É assim que nós pretendemos trabalhar,  
540sem prejuízo dos contatos que nós vamos continuar fazendo, particularmente com  
541relação à CNI para reintegrá-la nesse processo.

542

543

544**O SR. FRANCISCO SIMÕES PIRES (ABEMA/SEMA - RS)** – Dr. Hamilton, seria possível  
545obter essa memória de reunião, essa memória de ata, para o nosso presidente poder  
546hoje... *Nós discutirmos hoje à noite... (?)* Ter a memória da ata. Essa foi partilhada, foi  
547feita essa partilha...

548

549

550**O SR. PEDRO IVO BATISTA (CNMA)** – Isso já está na mão do representante, que tem  
551sido a colega que é *co-assessora* (?). É ABEMA não é ANAMMA... (risos)

552

553

554Hoje à noite para o Dr. Eugênio nós podemos dispor desse material.

555

556

557**O SR. PEDRO IVO BATISTA (CNMA)** – Eu acho muito importante depois nós termos a  
558lista dos membros da Tripartite para que nós não mandemos... Nós mandamos, mas  
559seria interessante também, Paulo, nós, a partir de agora, combinarmos o seguinte: além  
560de nós mandarmos para quem está representando, mandarmos também para a  
561Tripartite, porque a Tripartite como um todo é fundamental nesse processo. Então, nós  
562mandamos isso. Agora para não deixar informação errada: a última reunião (não é isso  
563Geraldo?) quem não veio foi ABEMA. Aliás, as duas últimas reuniões a ABEMA não  
564veio. Quem estava designado para representar ABEMA era aqui, Brasília, e houve uma  
565mudança no secretário e agora que foi efetivado um representante. *Mas nós*  
566*mandamos* (?).

567

568

569**O SR. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (SAIC)** – Concluimos essa parte, pessoal, eu  
570passo, então, para o Paulo Sérgio para uma outra informação que nós julgamos

571também da maior importância, que é a proposta da realização, e que já está em  
572preparação, do I Encontro Nacional dos Colegiados Ambientais.

573

574

575**O SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – Bom, esse  
576encontro deve se realizar agora dia 16, 17 e 18 de outubro, e ele vai reunir os diversos  
577tipos de colegiados ambientais que nós temos nos três entes federados. Mais  
578especificamente, os colegiados deliberativos de âmbito nacional são: o Conselho  
579Nacional de Meio Ambiente – CONAMA; o Conselho Nacional de Recursos Hídricos –  
580CNRH; Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, CGEN; o Conselho Nacional da  
581Amazônia Legal – CONAMAZ; Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio  
582Ambiente; a Comissão Nacional de Florestas – CONAFLO; o Programa Cerrado  
583Sustentável; enfim, um conjunto de colegiados que trabalham em políticas setoriais na  
584área ambiental e que estão funcionando no âmbito daqui do Ministério. Mas todos  
585esses colegiados têm representação da Sociedade Civil. Alguns têm representação de  
586órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, inclusive. Além disso, nós vamos ter  
587os conselhos estaduais de meio ambiente também reunidos – todos os conselhos  
588estaduais; os conselhos estaduais de recursos hídricos; os conselhos municipais de  
589meio ambiente; e os comitês de bacia hidrográfica. Para fazer um corte, sobretudo no  
590que diz respeito aos conselhos municipais de meio ambiente, a organização do  
591encontro, que de início estava a cargo do CONAMA, estabeleceu alguns critérios sobre  
592que conselhos deveriam ser convidados a participar desse encontro. Entre os critérios  
593chegou-se à conclusão: em primeiro lugar deveriam ser conselhos que tivessem ativos,  
594que, portanto, tivessem feito pelo menos uma reunião no ano passado como critério  
595para participar; que tivesse uma composição, senão tripartite (setor produtivo,  
596sociedade civil e Governo), pelo menos uma representação paritária entre Governo e  
597sociedade civil. Enfim, uma série de critérios que foram tirados para composição, foram  
598convidados. Dos que estavam aptos a convidar, cerca de 350 mais ou menos  
599responderam manifestando interesse em se inscrever. Agora estamos fazendo uma  
600segunda rodada, não é? Procurando ver se... Enfim, como tem capacidade o local de  
601encontro para até 500 pessoas mais ou menos, a idéia é fazer uma segunda rodada no  
602sentido de tentar puxar, por exemplo, os conselhos municipais dos municípios que  
603receberam apoio através do Fundo Nacional de Meio Ambiente. Enfim, tentando  
604estabelecer outros critérios que, ao lado dos iniciais, possam ampliar um pouco a  
605quantidade de conselhos municipais que vão se fazer representar. E qual é o objetivo  
606desse encontro? Deve estar circulando brevemente um documento preparatório para  
607esse encontro que estabelece os seguintes objetivos para o encontro. Bom, só  
608lembrando que esse encontro não pode ter um caráter deliberativo, enquanto uma  
609instância do CONAMA, ou algo do tipo. Ele é fundamentalmente um encontro para  
610produzir subsídios para eventuais deliberações dos órgãos que compõem o SISNAMA  
611como um todo. Então, tem mais esse caráter de subsidiar, de uma maneira geral. Por  
612isso os verbos usados aqui na definição dos objetivos são verbos bastante... Enfim, tem  
613uma certa fluidez no que diz respeito às decisões que eles podem tomar. Mas, os  
614objetivos que estão enumerados são os seguintes: “propiciar o intercâmbio de  
615experiências e o debate sobre a participação social na gestão ambiental”, objetivo nº 1;  
616segundo: “propor uma reflexão sobre estratégia de fortalecimento do SISNAMA e do  
617Sistema de Recursos Hídricos”. Só para lembrar, a idéia de convocação desse encontro  
618surgiu muito a partir da discussão que se estabelecia no CONAMA entre representantes  
619do (?) – Sistema de Recursos Hídricos e do Sistema de Meio Ambiente. E ele pensado

620inicialmente como uma forma de estreitar as relações entre os dois sistemas. Então, um  
621dos temas do encontro é exatamente essa reflexão sobre estratégia de fortalecimento  
622mútuo do SISNAMA e Sistema de Recursos Hídricos. Um terceiro objetivo: “fomentar o  
623debate sobre uma estratégia para melhor articulação entre os órgãos colegiados da  
624área ambiental incluindo como possível alternativa a *criação* (?) de uma rede  
625permanente de intercâmbio de informação entre os conselhos e comitês nacionais,  
626estaduais e municipais da área ambiental. Um quarto objetivo: “caracterizar as relações  
627entre os colegiados ambientais e as conferências municipais, estaduais e nacional de  
628meio ambiente”. E um quinto objetivo, que é: “debater o papel dos colegiados  
629ambientais em particular dos conselhos municipais de meio ambiente e dos comitês de  
630bacia hidrográfica na gestão das políticas públicas de meio ambiente e de recursos  
631hídricos, visando fornecer elementos para melhor definição do seu escopo de atuação,  
632do seu poder de decisão e dos parâmetros gerais para a sua composição. Quer dizer,  
633trata-se, portanto, de um primeiro esforço no sentido de pensar um pouco melhor o  
634papel desses conselhos, desses colegiados ambientais de uma maneira mais geral. No  
635que diz respeito aos conselhos municipais e estaduais pensar qual o lugar que eles  
636ocupam dentro do (?), efetivamente, já que a 6938 prevê um lugar específico para o  
637CONAMA, para o Conselho Nacional. Mas não se omite em relação ao papel dos  
638conselhos estaduais e municipais. Então, até para uma possível revisão futura da 6938  
639caberia tentar estabelecer qual estatuto que os conselhos municipais e estaduais de  
640meio ambiente devem ter dentro do SISNAMA como um todo. E é óbvio que isso por  
641outro lado deve implicar numa regulamentação mínima, pelo menos no estabelecimento  
642de parâmetros, de como é que esses conselhos devem ser constituídos; qual o grau de  
643atividade que eles devem ter; qual o âmbito de atuação deles. Nós sabemos que existe  
644modelos muito diferenciados de conselhos, com atribuições muito diferenciadas, tanto  
645no âmbito estadual como municipal. E a idéia é tentar estabelecer para alguns  
646parâmetros gerais para regular minimamente, ainda que seja para efeito de  
647reconhecimento da representação desses conselhos a respeito do seu caráter, da sua  
648posição, do seu âmbito de atuação, do seu poder de decisão, etc. Mas, só lembrando  
649mais uma vez, não se trata de decisório... Nada impositivo. Trata-se realmente de um  
650primeiro debate acerca dessas questões, que pode vir mais para frente... Nós vamos  
651desaguar numa regulamentação nos diversos órgãos do SISNAMA... Esses são os  
652objetivos gerais desse encontro, e nós estamos considerando que eles também jogam  
653um papel importante no que diz respeito ao processo de estruturação dos órgãos  
654ambientais, tanto em nível estadual como, sobretudo, em nível municipal neste  
655momento. Os conselhos municipais em muitos lugares têm sido os impulsionadores do  
656processo de estruturação dos órgãos municipais de meio ambiente, inclusive. Além de  
657exercer, obviamente, uma função de controle e participação na gestão. E, portanto, nós  
658achamos que ele é um espaço importante de discussão neste momento de  
659regulamentação de art. 23, etc. Sem contar com esse outro objetivo que está  
660subjacente que, inclusive, deve ser um assunto da nossa agenda, no que diz respeito à  
661definição da programação para 2007 e 2008, que é uma demanda crescente que nós  
662temos sentido, no sentido de articular SISNAMA e Sistema de Recursos Hídricos. De  
663ter alguns mecanismos de articulação entre os dois sistemas. É isso. Se alguém quiser  
664mais alguma informação...

665

666

667**O SR. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (SAIC)** – Eu vou pedir licença para os  
668companheiros e companheiras que estão aqui. O Ministério está muito empenhado na

669realização desse encontro que se iniciará amanhã e eu tenho ainda algumas tarefas a  
670cumprir nessa tarde. Mas eu não queria me despedir sem dizer duas ou três coisas que  
671me parecem muito importantes para esse espaço desde o nosso ponto de vista. Em  
672primeiro lugar a importância desse instrumento. Eu acho que nós temos que ir  
673construindo uma percepção. O processo de construção dos instrumentos democráticos  
674no Brasil, e que permeia a ação da sociedade, do estado, e amplia continuamente,  
675digamos, assegurando novos direitos, particularmente os direitos da sociedade  
676interferindo no processo de democratização da condução dos negócios públicos por  
677meio do Estado, eu acho que esse instrumento que nós aqui reunimos, quer dizer, o  
678instrumento das tripartites é um instrumento precioso, particularmente considerando a  
679crise do pacto federativo que nós vivemos. Essa indefinição que nós estamos  
680trabalhando nesse debate, nessa discussão em torno da regulamentação do art. 23 da  
681Constituição Federal, que reside precisamente no fato de que a sociedade propõe  
682avanços. E é preciso que o novo pacto, ou seja, o novo contrato social que está  
683materializado na Constituição acompanhe esses avanços, esse novo formato, digamos  
684assim. Então, eu penso que o aprimoramento, e eu acho que o seminário que o Paulo  
685Sérgio acaba de mencionar será sem dúvida um espaço que poderá aportar uma  
686contribuição importante para esse tema, como para outros, nos ajudará a trabalhar essa  
687perspectiva de definição de atribuições de diálogo entre as instâncias respeitando a  
688autonomia e a legitimidade de cada um. Em segundo lugar eu acho que representa um  
689outro aspecto que eu acentuaria, que é por meio desse instrumento vertebrar a ação do  
690Estado no sentido de estabelecer uma perspectiva continuada num país que o Estado  
691tem um mal congênito, que é a descontinuidade administrativa. Eu acho que nós,  
692digamos, num certo sentido nós chamamos a sociedade com a capacidade que ela tem  
693de relegitimar e de dar maior fluidez à ação do Estado – maior eficiência à ação do  
694Estado. E por último eu queria... Na verdade isso se trata um pouco aqui de um  
695problema que nós vivemos nos últimos meses e que acabou por produzir uma ausência  
696da Ministra num momento que para nós foi da maior importância, que foi a posse da  
697diretoria da ANAMMA, que ocorreu no Ministério e a Ministra não pôde estar presente.  
698Ela me encarrega de fazer o pedido de desculpa (?) não apenas para conhecer e  
699dialogar com a nova diretoria, mas quer marcar uma conversa para que nós possamos  
700estabelecer esse laço com a nova diretoria para os próximos desafios que nós temos  
701que enfrentar e entendemos que temos que enfrentar conjuntamente. Eu queria pedir a  
702licença de vocês, nós vamos entrar agora na segunda parte mais da condução dos  
703trabalhos e da agenda que o Paulo Sérgio vai dar continuidade aqui, e agradecer,  
704enfim, a presença de cada um e a contribuição que vocês trazem. E pedir as minhas  
705escusas aqui. José de Paula, por favor.

706

707

708**O SR. JOSÉ DE PAULA MORAIS FILHO – (ABEMA/SEMARH - GO)** – Eu queria, Dr.  
709Hamilton, antes da sua saída expressar aqui a minha preocupação enquanto membro  
710da Tripartite Nacional e da Tripartite do Estado de Goiás, em função das dificuldades  
711que nós estamos tendo, haja vista que o próximo ponto de pauta, o segundo item, é a  
712*continuidade da avaliação do PNC e a continuidade (?)*. E em Goiás nós fizemos acho  
713que muito bem o “dever de casa”. Trabalhamos nessa linha de fortalecer a estrutura  
714dos municípios desde 1999, quando o governador e o vice, que agora é o atual  
715governador, priorizaram, junto com o gestor à época da secretaria, a (?) do processo de  
716licenciamento ambiental. Eu estava conversando caindo com o colega do Pará em  
717relação às dificuldades que nós estamos enfrentando. E eu queria mais uma vez aqui

718em nível de Comissão Tripartite Nacional discutir exatamente essa vacância que existe  
719entre a liberação que a Constituição preconiza aos municípios e a realidade da  
720estrutura que os municípios têm. Então, nós estamos trabalhando aqui um lapso muito  
721interessante em relação à atender aos colegiados, fortalecer os conselhos, estruturar  
722isso, mas nós estamos com um problema que é muito mais sério e muito mais urgente,  
723que é a estrutura de licenciamento ambiental. Nós temos em Goiás... Eu dou o exemplo  
724de Goiás, que eu conheço, e o presidente e os outros colegas dos estados que  
725coloquem. A minha preocupação já foi levada ao Eugênio quando à época trabalhava  
726nessa área. Nós temos uma dificuldade muito grande dos municípios em se estruturar,  
727e uma pressa muito grande, em contrapartida. Ao saberem, ao tomarem conhecimento,  
728os prefeitos, que eles têm autonomia para fazer o licenciamento e assumir as  
729atribuições que o estado até então fazia, eles estão trocando os pés pelas mãos em  
730alguns casos. O caso de Goiás não é diferente. Longe de nós estarmos tentando  
731ensinar e tentando manter uma estrutura que nós sabemos que não funciona, desde a  
732época do pacto federativo. Como foi dito, quando o Governo Federal foi passar para os  
733estados havia uma resistência muito grande de perda de poder. Não é o caso de Goiás.  
734Muito pelo contrário. Nós estamos exatamente querendo o contrário, só que com muita  
735preocupação. Têm alguns casos em Goiás de municípios que têm (?) do auto do órgão  
736estadual com a logomarca do auto do órgão estadual e com um pequeno lá da  
737prefeitura. Então, nós queríamos, e eu volto a pedir agora na Tripartite, o apoio do  
738Ministério para que nós possamos auxiliar aos municípios do ponto de vista de estrutura  
739jurídica, porque eles estão fazendo na melhor das boas intenções, mas correndo e  
740incorrendo em problemas, como contratação de técnicos como consultores. Não  
741cumprem a legislação de uma maneira mais criteriosa. E demonstrando uma fragilidade  
742desses atos que estão sendo impetrados pelos municípios. Então, eu queria da  
743Tripartite Nacional uma ajuda do ponto de vista de onde buscarmos esse apoio para  
744subsidiar tantos municípios, porque nós no estado não estamos conseguindo fazer isso,  
745dado a pressa. Em Goiás hoje nós temos 80 municípios que têm possibilidade de estar  
746trabalhando o licenciamento ambiental – cerca de cinco que fazem. Mas, 80 têm a  
747possibilidade de fazer e alguns deles estão errando dessa maneira, cometendo  
748equivocos que vão gerar atos nulos de origem. Nós queremos ajuda nisso. Eu queria  
749ajuda nesse sentido. Eu acho que a ABEMA de um modo geral pensa nisso. Eu acho  
750que os estados, pelo menos o que nós vemos programa nacional, os estados que  
751participam pensam nisso. E tem essa demanda de auxiliar aos municípios a fazer a  
752coisa certa.

753

754

755**A SR.<sup>a</sup> DIANE MARA F. VARANDA RANGEL (CMA/CNM)** – Eu gostaria de fazer  
756algumas colocações importantes. Eu acho que historicamente os estados tiveram no  
757início muita resistência em fazer o processo de descentralização. E muitos quando o  
758fizeram o fizeram de forma atabalhoada, ou seja, sem ter um processo anterior de  
759trabalhar essa formatação do município para receber esse processo descentralizado. A  
760Confederação Nacional dos Municípios desde o ano passado está estruturando. A  
761Confederação tem hoje 3479 municípios filiados a ela. Dentre estes têm alguns que são  
762filiados à ANAMMA porque ANAMMA tem os órgãos... Os municípios que têm órgãos  
763municipais de meio ambiente, infelizmente ainda não são um grande número que a  
764CNM quer ajudar a resolver. Então, nós temos um programa organizado para isso,  
765porque onde você está trabalhando os prefeitos, não só para montarem o seu sistema  
766de gestão ambiental municipal, mas de forma estruturada, e com um processo também

767de mobilização pactuado com a sociedade para que não haja reversão posterior.  
768Porque, o que aconteceu também? No processo de descentralização que aconteceu  
769em alguns estados, como exemplo Rio Grande do Sul – eu vou citar só para colocar. O  
770início foi excelente, mas posteriormente o que aconteceu? Esses municípios não  
771estavam muito estruturados. Mudou o prefeito... Quer dizer, não havia uma  
772estruturação, do ponto de vista de pessoal, formal, ou seja, técnicos devidamente  
773concursados, e com isso houve um esvaziamento do órgão municipal. Então, o que nós  
774estamos trabalhando? E agora o inverso. Nós estamos trabalhando o prefeito e a  
775sociedade, e juntos construindo o instrumento de gestão ambiental municipal. Então,  
776numa pactuação, porque assim fica difícil mesmo que mude o prefeito, você ter uma  
777reversão desse processo. Então, a CNM tem um programa que está trabalhando, com  
778metas específicas que nós estamos trabalhando juntos para nós em dez anos termos  
779todos os municípios com suas estruturas de meio ambiente não só estruturadas, mas  
780com técnicos licenciados, ou aqueles que são muito pequenos trabalhando de forma  
781consoziada. Não um consórcio público na acepção, porque nós tivemos uma  
782assembléia geral de prefeitos e eles acham que *aquilo* (?) do consórcio público ainda  
783não muito ficou claro a matriz institucional em relação à soberania. Por exemplo, como  
784que os conselhos municipais decidem algumas coisas em relação aos consórcios?  
785Então, têm algumas lacunas jurídicas que ainda não foram preenchidas e que nós  
786estamos trabalhando nesse processo de regulamentação da participação social do  
787município na decisão de uma instituição, que no caso do consórcio público é uma  
788autarquia inter municipal. Então, como é que fica esse processo de gestão  
789compartilhada. Então, esse nós estamos trabalhando nessa regulamentação, e  
790construindo uma outra alternativa, também jurídica, que resolva esse problema da  
791soberania, e que ao mesmo tempo funcione como um consórcio, como diz o Vladimir,  
792que é o nosso grande técnico na área de consórcio, um consórcio paralelo.

793

794

795**O SR. SEBASTIÃO NEY VAZ (SEMASA – SP)** – Eu só queria colaborar com o  
796Francisco no seguinte: primeiramente que nós não tivemos ainda definida uma agenda  
797de conversas sobre basicamente essa questão do licenciamento. Nós avançamos  
798muito, mas ainda uma agenda não foi criada, principalmente para discutir o  
799licenciamento. Nós trabalhamos, acho que avançamos muito com o PNC. No nosso  
800encontro da ANAMMA pedimos a continuidade do PNC como um dos pontos de pauta,  
801que foi muito bem discutido no nosso encontro. E a garantia inclusive do Ministério,  
802através do Hamilton e do Secretário Executivo, o Capobianco. E isso precisa ser  
803avançado, não é? Eu acho que nós não conseguimos entrar num consenso numa  
804reunião aqui sem minimamente nós pautarmos esse assunto que é tão importante.  
805Porque em vários estados... Também nós sabemos que o estado não alcança a  
806totalidade dos municípios. Então, há uma ausência dos estados na maioria dos  
807municípios que estão aí. Se você pegar o nosso amigo Valmir, que está aqui, pegar o  
808estado do Pará, nós temos uma ausência até pela questão territorial. Então, quer dizer,  
809é uma questão bastante delicada, que não dá para jogar isso, como um exemplo ainda  
810do estado de Goiás. Em São Paulo nós temos um exemplo muito ruim, que foi uma  
811tentativa com o município de Bertioga, no começo, que não deu certo. Agora, se você  
812pegar hoje o município de Santo André, o próprio estado reconhece que é uma  
813experiência que está dando certo. Então, eu acho que isso é uma questão ainda de ser  
814pautada. É a continuidade do PNC, com certeza, para isso. Nós não conseguimos  
815definir... E essa era uma proposta antiga da Tripartite, que era definir tipificação e

816tipologia que não foi ainda... Acho *que isso urge em (?)* nós discutindo as Tripartites, eu  
817acho que nós poderíamos avançar bastante nessa tipificação da tipologia, para nós  
818chegarmos há um ponto interessante. Eu até citei isso na nossa reunião da ANAMMA,  
819que só a regulamentação do art. 23 não resolve a situação, porque vai avançar, mas  
820nós vamos ficar ainda com alguns outros problemas na mão. Não dá conta só... Tudo  
821bem, estamos com o art. 23 regulamentado, não resolveu o nosso problema ainda. Nós  
822precisamos bastante ainda de algumas agendas positivas nesse sentido de viabilizar  
823essa estrutura que está aqui.

824

825

826**SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (ABEMA/FEAM - MG)** – Eu queria que  
827todos nós, estados, municípios e União fizéssemos uma reflexão sobre essa questão  
828da gestão municipal um pouco além do licenciamento ambiental. Aliás, o que nós  
829percebemos é que toda vez que vamos discutir gestão ambiental invariavelmente a  
830conversa não sai do licenciamento ambiental, como se outro instrumento não houvesse.  
831Eu tive uma experiência muito boa no nível municipal. Fui secretário municipal de meio  
832ambiente em Belo Horizonte – fui inclusive presidente da ANAMMA na época. E nessa  
833experiência nós quase que não utilizamos o licenciamento ambiental. Nós integramos  
834análise ambiental no alvará. Eu considero que o alvará é o instrumento mais forte que  
835nós temos neste País. Então, fica uma disputa entre quem vai licenciar isso no nível da  
836União, dos estados e do município. Você tem toda razão, o art. 23 está caindo nesse  
837erro. Ele só fica discutindo como se essa fosse a questão central da gestão ambiental,  
838e não é. Quem tem batido a cabeça no licenciamento ambiental, como eu, a 30 anos, e  
839sou um estudioso da matéria, sei que isso não vai resolver o problema ambiental no  
840país. Não vai mesmo. E ele não foi desenhado está para isso. A origem do  
841licenciamento ambiental está no *código americano meta (?)* de 1969. Ele não foi  
842desenhado para grandes empreendimentos para alternativas. Então, nós estamos (?)  
843vindo de um seminário que o Ministério do Meio Ambiente fez em agosto do ano  
844passado. Barraca de praia em Santos com licenciamento ambiental (?). Nós estamos  
845no ridículo. Então, é preciso... Eu acho que a Tripartite tem a obrigação de nós  
846discutirmos a gestão ambiental com os outros instrumentos que estão na 6938 há mais  
847de 25 anos. Temos que avançar nessa discussão e não ficar só no licenciamento. Com  
848relação ao que você fala da listagem, na Resolução CONAMA 237 – eu participei – a  
849intenção foi avançar na listagem, mas pouco avançamos. No caso do estado de Minas  
850nós avançamos. Se você pegar a deliberação de 74 do estado de Minas Gerais, ela é  
851extremamente detalhada, o que reduz e muito os conflitos com os *meios (?)*. E que é a  
852experiência internacional. É de listar mesmo. Agora, não necessariamente com  
853licenciamento ambiental. Às vezes as pessoas perguntam: “Ah, então, vai ficar cada um  
854fazendo o que quiser?”. Não. Táxi. Vejamos os exemplos dos táxis. Táxi, há que se ter  
855um controle do poder público. Quantos táxi pode ter a cidade de Belo Horizonte?  
856Quantos táxi tem na cidade de São Paulo? Porque há uma capacidade de suporte. O  
857órgão municipal, ele faz essa análise, ver qual é a capacidade de suporte do meio  
858urbano e autoriza “tantos” táxis. *E nem por isso (?)* tem licenciamento ambiental. E olha  
859que táxi é uma fonte de poluição. Do jeito que vamos, vamos começar a licenciar  
860pipoqueiro. Então, é preciso fazer uma reflexão. Já me falaram para não falar isso em  
861público, porque de repente alguém que é uma boa idéia e começa. Nós precisamos  
862fazer uma reflexão do que realmente é passível de licenciamento, e trabalhar com  
863sistema autorizativos, que não... Agora, podemos agregar análise ambiental. Aliás,  
864deveríamos agregar análise ambiental para todos os tipos de autorização. Então, eu

865acho que essa é uma reflexão que nós deveríamos levar adiante, inclusive, como é que  
866podemos trabalhar juntos, que é o que eu acho mais importante em termos de  
867zoneamento ecológico-econômico, em termos de avaliação estratégica. Nós pensarmos  
868em coisas que União, estados e municípios poderiam desenvolver juntos.

869

870

871**O SR. HAMILTON P. DA SILVA (MMA – SAIC)** – Antes de passar a palavra para o  
872Francisco eu queria saudar. E na verdade é lançar daqui para aí essa percepção de  
873que nós temos esse instrumento na mão e ele pode perfeitamente trabalhar como  
874instrumento de formulação de questões, abrindo o horizonte, como você acaba de  
875colocar, José Cláudio, para que nós não nos atenhamos a aspectos às vezes que, por  
876mais importante que sejam, não respondam a todas as coisas que desejamos, para que  
877nós possamos enriquecer esse debate. Muitas vezes essa viseira que nós colocamos  
878nos afasta dessa necessária, desse horizonte mais largo a que eu me refiro. Então, eu  
879acho que seria muito, eu diria, valioso. Um tipo de contribuição formulada  
880metodicamente com... Enfim, como um aporte que a Tripartite Nacional oferece a esse  
881tipo de debate que eu julgo que é da maior pertinência.

882

883

884**O SR. FRANCISCO SIMÕES PIRES (ABEMA/SEMA – RS)** – Eu faria as seguintes  
885colocações: o Rio Grande do Sul quando saiu a Regulamentação 237 e durante o ano  
886de 97 e 98, houve uma reunião de esforços entre a Secretaria de Estado e o órgão  
887ambiental e o Ministério Público, de ir ao interior, aos municípios, fazer esse trabalho de  
888mobilização, convencimento e sensibilização para municipalização. Nós temos uma  
889resolução que está sendo alterada e ampliada, que é a Resolução 4 de 2000, que  
890determinava a qualificação dos municípios, a habilitação, e hoje nós estamos, até essa  
891semana que passou – saiu de pauta para uma pequena correção. Estamos ampliando e  
892a qualificação dos municípios *reputá-los* (?) qualificados ao licenciamento. Nós temos  
893170 municípios de 477 que existem no Rio Grande do Sul, e ainda há 36 processos  
894pendentes. Já houve a assinatura com outros municípios de maior expressão no estado  
895a ampliação da competência. E nós temos o programa SIGA – Sistema Integrado de  
896Gestão Ambiental, que nós pautamos assim por região e contextualizamos, sem  
897prejuízo do PNC, da idéia do trabalho do PNC da capacitação. Quando houve a notícia  
898que terminaria o PNC (foi agora no meio ou no começo do ano), de antemão nós já  
899começamos a organizar no estilo de  *cursos de extensão universitária* (?) um programa  
900de capacitação, com ementa, com plano de aula, com plano de ensino, com bibliografia  
901e coisa do gênero, para poder levar adiante essa idéia de capacitação. E uma  
902preocupação que eu recolhi, e foi com um colega da Ceará, quando eles fizeram um  
903plano estratégico do estado do Ceará para as questões ambientais. Na última reunião  
904que nós tivemos aqui eu levei para o meu secretário e nós vamos desenvolver um  
905plano estratégico operacional da Secretaria. Vamos desenvolver até o final do ano a  
906projeção do Plano Anual de Desenvolvimento Ambiental e uma espécie de PPA  
907Ambiental, criando metas a curto, médio e longo prazo. E aí eu concordo com o José  
908Cláudio na seguinte situação: muito nós enfocamos o licenciamento, mas esquecemos  
909que o licenciamento em si, o (?), o zoneamento ecológico-econômico ou o zoneamento  
910ambiental são vários instrumentos. Então, a nossa proposta a partir do ano que vem é  
911que todos esses instrumentos sejam usados como instrumentos de gestão. E aí nós  
912teremos mais uma ferramenta para poder disponibilizar para os nossos municípios que  
913estejam ou não licenciando. Até porque vai agora ser ampliada a competência dos

914municípios licenciar. Então, eu penso que nós superamos, talvez, as dificuldades  
915iniciais. Há uma receptividade muito grande dos municípios e dos prefeitos. E ainda  
916mais quando nós levamos alguns exemplos de municípios que saíram de uma  
917arrecadação de 60 mil reais para 500 mil de taxa de licenciamento ambiental. Então, eu  
918penso que essa discussão talvez merecesse, Dr. Hamilton, uma pauta específica, onde  
919nós pudéssemos trazer esses elementos bons e os equívocos, como são as  
920pendências que alguns municípios ainda têm. E nós temos o Conselho Estadual do  
921Meio Ambiente que tem cobrado. E na sessão que o senhor presidiu na última sessão,  
922quando foi à pauta a discussão dos índices, criar indicadores de mensuração da  
923legislação ambiental, eu levei para dentro do Conselho, e foi acolhida a idéia, de que há  
924indicadores de qualidade de licenciamento municipal. E nós estamos discutindo e  
925montando essa resolução para encaminhamento do Conselho. Eu concordo com o José  
926Cláudio, eu vejo que essa preocupação é bem interessante. Penso que mereceria uma  
927pauta específica, onde nós pudéssemos até atuar mais como uma oficina de trabalho  
928de trocar as experiências certas e os equívocos que nós percebamos, e as dificuldades  
929que cada estado enfrenta. A distância dos nossos 790 km é a maior distância por via  
930rodoviária do município lá da capital. É melhor do que o Pará, melhor do que o  
931Amazonas, melhor do que Goiás, Tocantins. Eu acho que todos aqui do Centro-Oeste.

932

933

934**A SR.<sup>a</sup> DIANE MARA F. VARANDA RANGEL (CMA/CNM)** – Aí eu vou cair naquele  
935vício do movimento municipalista. Vocês me perdoem, mas o município também é um  
936ente federado. Esses indicadores de qualidade do licenciamento ambiental municipal,  
937nós teríamos que ter do estadual. Só para lembrar. Desculpe.

938

939

940 **SR. EUGÊNIO MARCOS SOARES CUNHA (ABEMA/IDEMA – RN)** – Eu gostaria  
941 de frisar alguns aspectos, e o Ministério tem essa preocupação. Na verdade já é um  
942 ponto de pauta, seria o segundo ponto da pauta da reunião da Tripartite, que é o  
943 seguinte, que o Ministério tem provocado... Eu acho que isso vai ter... Até nas  
944 conversas que nós tivemos com o Paulo há essa preocupação muito grande do Paulo,  
945 do departamento e extensiva ao Dr. Hamilton, a necessidade de cada estado... Assim  
946 como o Ministério do Meio Ambiente tem um programa de gestão que chama de Gestão  
947 Compartilhada... O Rio Grande do Sul tem o *SIGA* (?); Minas Gerais tem um  
948 programa... Nós não vamos entrar aqui no mérito quem é bom, quem é melhor, quem é  
949 ruim, mas que tem programa para a questão. O importante é que nós estabeleçamos  
950 uma discussão forte de apoio à estruturação dos programas estaduais de gestão  
951 compartilhada, ou o nome que queiramos dar. Porque, é fundamental também o  
952 seguinte: assim como é o Ministério do Meio Ambiente o responsável pela coordenação  
953 da formulação da política nacional e coordenação da implementação da política  
954 nacional, são os governos estaduais, através das secretarias ou dos órgãos afins, os  
955 responsáveis por essa mesma dinâmica no nível do estado. É óbvio que isso não é  
956 divorciado de uma política nacional e das políticas municipais. Na verdade é a síntese  
957 disso tudo. Mas é importante que tenha isso presente. Como é que dentro dessa lógica  
958 federativa – e nós não somos uma república unitária, nós somos uma república  
959 federativa – como é que cada ente, cada um dos 26 estados, constrói, como muitos já  
960 têm – é isso que eu quero dizer –, a sua política estadual de gestão compartilhada –  
961 repito, ou o nome que queiram dar incorporar. Que o Ministério possa inclusive  
962 incorporar aspectos dessas políticas, e os estados incorporem essas aí. E a grande  
963 preocupação que nós vínhamos desenvolvendo... E no ano passado em Minas Gerais  
964 no encontro – eu não sei se foi em novembro ou dezembro – que o Governo do estado  
965 fez com os municípios, eu tive a oportunidade de estar numa mesa com o Dr. José  
966 Carlos discutindo justamente isso. O grande enfoque e a grande preocupação nossa é  
967 o desenvolvimento de capacidade. Porque, se nós enforcarmos num único instrumento,  
968 ou priorizar um instrumento de gestão, seja licença, ou um plano diretor, ou qualquer  
969 outro, nós vamos (?) ter um enfoque atravessado. Agora, se nós *mantivermos* (?) um  
970 enfoque no desenvolvimento de capacidade de gestão com a capacidade de  
971 entendermos quais são os instrumentos mais importantes e necessários para a  
972 qualidade da gestão ambiental, pensando que isso tem que ser transversal para dentro,  
973 porque essa proposta de trabalhar uma simplificação do licenciamento ambiental, por  
974 menor que seja o empreendimento, ela é viável, e vai ser cada vez mais viável, quando  
975 nós tivermos o princípio da transversalidade presente em todas as áreas do Governo  
976 municipal ou estadual ou federal. Daí as pessoas incorporam a questão ambiental como  
977 estruturadora dos seus processos. Então, nós precisamos ter presente essa questão  
978 para pensar como é que se desenvolve capacidade. Para isso nós temos que definir  
979 também o que é competência de cada um, porque a capacidade que o município vai  
980 desenvolver está associada à sua competência, às suas obrigações. Então, eu acho  
981 que o grande desafio – e eu deixo isso como uma sugestão à comissão Tripartite (e já  
982 foram encaminhados vários que antecederam aqui) – talvez um primeiro grupo de  
983 trabalho para pensar isso, para pensar uma discussão a partir das experiências já  
984 existentes de como é que nós podemos subsidiar e apontar a necessidade desse  
985 programa nacional de gestão compartilhada envolvendo os programas estaduais, o  
986 programa federal e a necessidade de compartilhamento com os municípios, sem perder  
987 nunca a dimensão de que este País é mega diverso. O que serve para Minas Gerais  
988 não serve para Goiás (?), que não serve para o Acre, que não serve para o Pará e que

989 não serve para... Sem perder essa dimensão, e é uma dimensão não só de diferenças  
990 ambientais, mas sociais, políticas, econômicas, que nós temos que levar em  
991 consideração ao pensar isso. Ele não é um projeto de cima para baixo. Ele é um  
992 processo construído realmente. Então, são umas reflexões, até como resultado desse  
993 período que eu fiquei acompanhando esse debate em todos os estados.

994

995

996O SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS) – Enfim, eu não  
997queria alongar muito essa discussão, mesmo porque ela vai ser ponto nosso de pauta  
998lá na definição da agenda. Só queria já me antecipar aqui e colocar como é que o  
999Ministério está pensando em tratar dessa problemática toda. Só um breve informe: o  
1000PNMA – Programa Nacional de Meio Ambiente está fazendo um processo de avaliação  
1001do desenvolvimento do PNMA II nos diversos estados, e um dos componentes do  
1002PNMA que foram desenvolvidos e que estão sendo avaliados é exatamente o apoio que  
1003o PNMA deu aos diversos órgãos estaduais no sentido de contribuir para o  
1004desenvolvimento dos seus sistemas de licenciamento. E agora recentemente, se não  
1005me engano no começo de agosto, o PNMA fez uma avaliação com os *dois* (?) estados  
1006onde ele ajudou a desenvolver os sistemas de licenciamento, e uma das constatações  
1007foi exatamente isso aí. A conclusão que foi levantada aqui: o instrumento do  
1008licenciamento está de certa forma sobrecarregado do ponto de vista do que se espera  
1009dele enquanto instrumento de gestão ambiental. Exatamente em função disso no PNMA  
1010III, quer dizer, a proposta de PNMA III que está sendo trabalhada, tem como um dos  
1011componentes fundamentais o componente planejamento ambiental, que é exatamente  
1012o que vai permitir dar esse salto para o uso desse ou daquele instrumento, para o  
1013desenvolvimento desse ou daquele instrumento, para ter uma concepção mais  
1014integrada de gestão ambiental envolvendo os diversos instrumentos. Também vou  
1015avançar aqui o informe em relação a um tema que nós vamos tratar também, que  
1016estaria mais relacionado com a questão da estratégia de continuidade do PNC, que tem  
1017a ver um pouquinho também com o que a Diane da CNM levantou aqui. O Ministério  
1018está participando do Comitê de Articulação Federativa, que é presidido pela Casa Civil,  
1019pela Presidência da República, e dentro do Comitê de Articulação Federativa está  
1020participando de um grupo de fortalecimento da gestão municipal. Grupo de  
1021fortalecimento e qualificação da gestão municipal. A expectativa que nós temos ao  
1022participar desse grupo é exatamente estar pensando no fortalecimento da gestão  
1023municipal em todos os seus aspectos. A nossa entrada, de certa forma, para esse  
1024programa que está sendo pensado no âmbito da Presidência, no âmbito do CAF como  
1025um todo, é o PNC. Agora, nós já sabemos de antemão que o PNC por si só não é  
1026suficiente para responder os desafios que estão colocados mesmo em termos de apoio  
1027à gestão municipal. Então, um dos subitens que estão trabalhados dentro desse grupo  
1028de fortalecimento da gestão é exatamente o subitem capacitação e assistência técnica.  
1029Envolve um pouco essa coisa de... Agora, também não basta você pensar só em  
1030capacitação e assistência técnica. Tem uma série de outros temas que por acaso estão  
1031até alguns deles lá listados: estratégia de financiamento do SISNAMA; a integração  
1032entre o apoio aos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, que está sendo  
1033desenhada também no nível do planejamento do PNMA III; a questão do sistema de  
1034informação, integração SINIMA/SISNAMA. Eu tenho a impressão que talvez seja a  
1035primeira vez que representantes do SINIMA estejam participando de reunião da  
1036Tripartite, salvo engano. Estamos fazendo questão de fazer isso, porque consideramos  
1037que o SINIMA enquanto Sistema Nacional de Informação de Meio Ambiente, e os  
1038sistemas de informação de maneira geral, são parte frontal do processo de gestão  
1039municipal nos três âmbitos. E a preocupação que nós estamos procurando agora  
1040implementar no planejamento do SINIMA é exatamente como é que o SINIMA pode  
1041contribuir no sentido de integrar os sistemas de informações já existentes no nível dos  
1042estados e mesmo dos municípios, e disponibilizar, difundir as ferramentas que ele tem  
1043para poder ajudar na gestão. Integrar os sistemas já existentes, inclusive do ponto de  
1044vista tecnológico, etc. Fazer com que realmente um sistema de informações, não do

1045Ministério, não desse ou daquele órgão do Ministério, mas seja um sistema de  
1046informações do Sistema Nacional de Meio Ambiente. E, portanto, já estamos  
1047avançando, de certa forma, um pouco no segundo item da pauta. E eu já vou introduzir  
1048se ninguém tiver mais... O Pedro Ivo tem uma fala ainda sobre isso, e eu já vou  
1049introduzir o segundo ponto da pauta por um calendário que nós teríamos para tratar  
1050dessas coisas.

1051

1052

1053**O SR. PEDRO IVO BATISTA (CNMA)** – Na verdade não é a pauta, é pedir licença para  
1054nós nos retirarmos, até porque nós temos “dever de casa”. Senão o Eugênio não tem o  
1055material para... É hoje à noite a reunião, Eugênio? Nós vamos ter que nos retirar. Nós  
1056tínhamos uma reunião agora da equipe, então é só pedir licença a vocês e agradecer o  
1057espaço. Bom, nós estamos aqui no 9º andar. É uma diretoria nova, que é a diretoria...  
1058Não sei se o Hamilton já vendeu o peixe... Posso vender o peixe um segundo aqui?  
1059Então, tem uma nova diretoria que nós estamos compondo, que é a Diretoria de  
1060Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. Nessa diretoria nós temos três  
1061coordenadorias: a coordenação da conferência, que é o Geraldo; a coordenação da  
1062Agenda 21, que é a Carla (?); e a coordenação da responsabilidade socioambiental na  
1063empresa pública, que é a 3P (?), na empresa privada e na cidadania. Então, um  
1064trabalho novo, um desafio. E nós estamos no 9º andar, pertinho do Hamilton. Estamos à  
1065disposição dos companheiros e das companheiras. Então, obrigado, e vou pedir licença  
1066para sair.

1067

1068

1069**O SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – Alguém queria  
1070ainda se manifestar sobre essa discussão no geral ou vamos entrar já no segundo  
1071ponto da pauta? Bom, se ninguém se manifesta eu suponho que todos concordam.  
1072Esse segundo ponto da pauta, nós fizemos uma rápida reunião lá em Recife e  
1073definimos como principal ponto de pauta realmente para essa primeira reunião que nós  
1074teríamos de Tripartite Nacional, que seria a definição de uma agenda de trabalho para o  
1075período que resta de 2007 e até o fim de 2008. Em primeiro lugar nós temos um  
1076calendário proposto de atividades, que pode um pouco representar alguns marcos no  
1077nosso processo de planejamento enquanto Tripartite. O primeiro é o Encontro das  
1078Comissões Técnicas Tripartites Estaduais, que seria o encontro do conjunto das  
1079Tripartites estaduais, que nós estamos prevendo realizar aqui no início de novembro,  
1080que eu acho que seria um excelente momento para nós tentarmos fazer um  
1081planejamento de curto e médio prazo de funcionamento das tripartites. Inclusive propõe  
1082um calendário de eventos, etc.

1083

1084

1085**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (ABEMA/FEAM - MG)** – O que é  
1086Tripartite estadual?

1087

1088

1089**O SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – São a reunião dos  
1090órgãos estaduais, federais e municipais de meio ambiente que atuam em cada estado.  
1091Normalmente a representação do órgão federal é o IBAMA. Superintendência federal é  
1092o IBAMA local. Normalmente participa o órgão, a secretaria de meio ambiente ou o  
1093órgão responsável pela gestão ambiental no estado; e com delegação da ABEMA, ou

1094 muitas vezes com representação da ABEMA à parte. E a representação da ANAMMA, e  
1095 eventualmente alguma outra associação de municípios que também exista no estado,  
1096 ou federações ou associações de municípios que existam em âmbito estadual.

1097

1098

1099 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (ABEMA/FEAM - MG)** –São 26  
1100 reuniões?

1101

1102

1103 **SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – 26 reuniões,  
1104 exatamente. Aliás, na verdade seria uma reunião com as 26 tripartites estaduais. Seria  
1105 uma reunião nacional, um encontro nacional, efetivamente, que poderia ser o momento  
1106 para nós realmente definirmos uma agenda de trabalho efetiva que envolvesse não só  
1107 Tripartite Nacional *stricto sensu*, mas o conjunto das tripartites estaduais. E aí nós  
1108 temos diversos temas colocados. Paralelamente a esse encontro nós podemos estar  
1109 promovendo também um encontro que já estava proposto há muito tempo, que o PNC  
1110 vem discutindo nos estados onde ele tem se desenvolvido, que é uma avaliação global  
1111 do PNC. Os 12 estados onde o programa já se desenvolveu, já fez oficina de trabalho,  
1112 etc., existe essa proposta colocada. Já teve o primeiro ano passado, quer dizer, seria o  
1113 segundo.

1114

1115

1116 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (ABEMA/FEAM - MG)** –Não seria  
1117 interessante fazer encontros regionais? Eu acho que há uma diversidade muito grande  
1118 no País, e acho que um encontro desse acaba ficando um pouco confuso sem uma  
1119 prévia. Eu sugeriria, se fosse possível, fazer cinco encontros regionais das tripartites  
1120 das regiões Sul, Sudeste Nordeste... para depois fazer a nacional. Eu acho que nós  
1121 avançaríamos em termos de entendimento, do que você colocar 26 estados com seus  
1122 órgãos estaduais – a própria ANAMMA já tem isso regionalmente –, do que vários  
1123 municípios, mais ANAMMA, mais Ministério. Então, se fosse possível nós trabalharíamos  
1124 regionalmente. Antes como preparatório para o encontro nacional, eu acho que nós  
1125 avançaríamos mais.

1126

1127

1128 **SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – Eu  
1129 particularmente acho uma sugestão interessante, agora, nós vamos ter que ver como é  
1130 que nós distribuimos isso no tempo, porque nós temos algumas datas também limites  
1131 que nós teríamos que ter em mente para poder colocar isso tudo na agenda. Por  
1132 exemplo, eu acho que seria um momento fundamental esse encontro das tripartites  
1133 estaduais para contribuírem no planejamento do PNMA III. Isso tem data. Nós vamos  
1134 ter uma primeira missão do PNMA III agora já em outubro, que é uma primeira  
1135 proposta, mas possivelmente nós vamos ter que estar com o PNMA III mais ou menos  
1136 delineado por volta de novembro ou dezembro deste ano.

1137

1138

1139 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (ABEMA/FEAM - MG)** –Mas Sérgio,  
1140 pode ser só uma questão metodológica, nesse encontro você poderia ter uma primeira  
1141 parte regional e uma segunda parte nacional.

1142

1143

1144 **SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – Pode ser,  
1145 podemos combinar. Como nós temos tempo até novembro, podemos talvez distribuir  
1146 esses encontros regionais até novembro. Só pensando numa agenda, ver qual que  
1147 seria a possibilidade de fazer...

1148

1149

1150 **SR.<sup>a</sup> DIANE MARA F. VARANDA RANGEL (CMA/CNM)** – Até você fazer no  
1151 primeiro dia as reuniões em salas setoriais. A reunião tripartite sudeste...

1152

1153

1154 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (ABEMA/FEAM - MG)** –É, se ele fizer  
1155 na região tem uma maior chance de maior participação. Agora, se não for possível,  
1156 como ela está dizendo, tudo aqui em Brasília. No primeiro dia por região, no segundo  
1157 dia nacional.

1158

11590 **SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – Tem um outro  
1160evento que também está já previsto no PNMA, que é a continuidade daquele seminário  
1161de agosto, que é ainda mais centrado em licenciamento. Já o primeiro abriu para outras  
1162questões de gestão ambiental. Esse segundo momento do seminário do PNMA seria  
1163não mais com os estados que ele já apoio, mas seria com os 27 estados, no sentido de  
1164ver de que maneira que os outros estados que não receberam apoio poderiam vir a  
1165receber no PNMA III para desenvolverem o seu sistema de licenciamento. A partir dos  
1166modelos de sistemas que foram delineados no primeiro seminário. Esses modelos  
1167seriam colocados à disposição dos estados para virem trabalhar num segundo  
1168momento. Além disso, nós temos o seguinte: esse pacote de gestão municipal, ele  
1169também tem data, é dezembro, para nós tentarmos fechar em nível de governo. E seria  
1170interessante que nós realmente usássemos as sinergias desse grupo de trabalho, a  
1171relação com os outros ministérios, inclusive da área financeira, que estão participando  
1172desse grupo de trabalho, para nós *virnos propor (?)* alguma coisa mais concretamente  
1173em termos de programa de apoio à gestão municipal. E aí a data para isso também  
1174seria... Para fechar o pacote até dezembro... E é desejável também no sentido de nós  
1175estarmos pensando eventualmente até na inclusão no próprio PPA enquanto ação  
1176orçamentária do Ministério, tendendo a vir a se transformar num programa permanente,  
1177assim como o PNMA. Se é algo a ser pactado, ou internamente com o Governo, o  
1178planejamento, etc., mas da mesma maneira que o PNMA é um programa permanente  
1179voltado basicamente para a gestão estadual, nós temos um programa permanente de  
1180apoio à gestão municipal. Então, são coisas que nós temos que nós temos que  
1181combinar dentro do nosso planejamento, mas eu acho que é perfeitamente possível  
1182compatibilizar. Se nós podemos sair daqui com o compromisso de realizar encontros  
1183regionais reunindo um conjunto de estados, eu acho que é perfeitamente possível fazer  
1184isso em novembro. Aproveitar o próprio seminário do PNMA, por exemplo, segunda  
1185fase, que é agora 9 e 10 de outubro, para fazer uma prévia, embora esteja mais focado  
1186na coisa de licenciamento, do que seria esse encontro de novembro – alguma coisa do  
1187tipo. Vamos ver como é que nós encaixamos isso tudo. Dentro da avaliação do PNC...  
1188A avaliação é um pouco prospectiva, de nós estarmos... Enfim, me parece que o PNC  
1189já foi avaliado em várias oportunidades – e bem avaliado – por parte do maior número  
1190de estados onde ele se desenvolveu. Se tiverem críticas vai ser o momento de explicitar  
1191aí. De qualquer maneira o que nós estamos prevendo é o seguinte: nós não temos  
1192condições de continuar, e isso já está claro, trabalhando com o PNC apenas da forma  
1193que nós vínhamos trabalhando, ou seja, realizando oficinas para 30 ou 40 pessoas em  
1194cada estado; tentando... Quer dizer, existe uma demanda muito forte no sentido de  
1195aumentar a escala de atuação do PNC, tanto por parte do estados que já realizaram os  
1196seus programas de capacitação, que querem ter continuidade, que querem ter extensão  
1197para o conjunto dos municípios, etc., como por parte dos estados que entraram no  
1198programa numa primeira fase. Nós estamos prevendo que com os esparcos recursos  
1199que este ministério tem nós talvez venhamos a atender mais sete estados,  
1200possivelmente, que já apresentaram projetos até o final do ano. Aí com recursos  
1201orçamentários nossos, porque o convênio com a Petrobrás já se encerrou em termos  
1202de tempo de execução, transferência de recursos. Agora não daria mais tempo. Mas,  
1203com os recursos do Ministério talvez nós tenhamos condições ainda de dar um fôlego  
1204extra para o PNC este ano até o final do ano, desde que nós consigamos  
1205descontingenciar os recursos orçamentários nossos que estão contingenciados. Aí nós  
1206encerraríamos uma primeira fase... Na verdade podendo chegar a oito, vai depender de  
1207como é que estão os projetos, etc. Enfim, seria uma primeira fase do PNC, que se

1208 encerraria este ano, cobrindo 20 estados, com oficinas presenciais, trabalho intensivo,  
1209 meio de inversão num processo de formação dos técnicos que estão envolvidos. Já  
1210 estamos trabalhando uma série de outras alternativas no sentido de dar continuidade  
1211 ao PNC, diversificando inclusive os instrumentos de capacitação que estão sendo  
1212 utilizados. Já estamos fazendo videoconferências temáticas na relação com Banco  
1213 Mundial, etc. Nós estamos em entendimento com a Caixa Econômica Federal no  
1214 sentido de usar a estrutura deles para elaborar e implementar cursos de ensino à  
1215 distância, usando a estrutura que eles têm, inclusive, capilarizada no nível municipal.  
1216 Tem também entendimentos com o Interlegis no sentido de fazer com que as câmaras  
1217 municipais sejam pontos focais de cursos à distância, inclusive envolvendo a própria  
1218 câmara municipal, cidadãos em geral, conselhos municipais de meio ambiente, etc.  
1219 Enfim, tem uma série de instrumentos que nós estamos podendo lançar mão que  
1220 podem atender um pouco a demanda crescente que está existindo no sentido de  
1221 *capacitação (?)* por um lado, aumentando a escala do PNC pelo menos em quatro ou  
1222 cinco vezes do que nós viemos conseguindo atingir com os recursos que nós temos.  
1223 Agora, para além da questão da simples continuidade do processo da capacitação tem  
1224 uma demanda forte nesse sentido, de nós tratarmos de um conjunto de temas que o  
1225 PNC está trabalhando enquanto capacitação, mas mais sob a forma de assistência  
1226 técnica, às vezes até como forma de assessoria *indireta (?)* para, por exemplo,  
1227 desenvolvimento de legislação municipal, para construção das estruturas municipais  
1228 dos órgãos municipais de meio ambiente, mesmo, pensando até questões como, por  
1229 exemplo, como é que se estrutura um plano de carreira, e coisas do tipo. Então, é esse  
1230 conjunto de medidas que nós teríamos que pensar que entraria como linhas dentro  
1231 desse programa de apoio à gestão municipal nos diversos estados. Uma outra questão  
1232 que está sendo colocada como demanda uma demanda forte para o Ministério, que  
1233 acho que temos que pensar dentro desse programa mais geral de apoio à gestão, são  
1234 as estratégias de financiamento do SISNAMA como um todo. Particularmente o Fundo  
1235 Nacional de Meio Ambiente já vem desenvolvendo há algum tempo e vem trabalhando  
1236 uma série de instrumentos de financiamento do sistema, que está na hora de nós  
1237 incorporarmos os nossos programas de capacitação de apoio tanto à gestão municipal  
1238 como à estadual, porque aí que envolve inclusive bastante os órgãos estaduais também.  
1239 Eu gostaria inclusive que depois a Tarsiana *que fundo (?)* compartilhada conosco, por  
1240 enquanto, depois fizesse uma rápida exposição sobre quais os instrumentos que estão  
1241 sendo pensados neste sentido, do desenvolvimento de estratégia e financiamento.  
1242 Enfim, eu acho que eu passei rapidamente por todos os pontos da pauta. Bem, e tem a  
1243 questão do SISNAMA/SINGREH, que também é uma demanda que nós estamos sendo  
1244 objeto o tempo todo de como é que nós articulamos os dois sistemas no sentido  
1245 inclusive de explorar as sinergias, as eventuais potencialidades de fortalecimento mútuo  
1246 entre os sistemas, etc. Então, acho que seria uma questão de nós tentarmos encaixar  
1247 numa agenda agora, num calendário, essas coisas todas, para discutir globalmente as  
1248 preocupações que nós estamos tendo aqui. O PNMA eu acho que dá conta de boa  
1249 parte das preocupações que foram levantadas aqui. Se for pegar a questão do  
1250 planejamento ambiental. Estratégia de financiamento envolve tanto estado como  
1251 município. O PNC é mais focado em município e ele tem que ampliar não só em termos  
1252 de aprofundar a capacitação em si, como abranger um pouco outros aspectos de apoio  
1253 à gestão municipal *para a simples (?)* capacitação. Então, como marco nós temos: 9 e  
1254 10 seminário do PNMA, continuidade; início de novembro, que nós ainda não temos  
1255 uma data precisa – seria interessante que fosse logo na primeira semana ou na  
1256 segunda de novembro o encontro das comissões técnicas tripartites estaduais em

1257Brasília, o geral. Nesse meio tempo pode se desenvolver os encontros regionais. E nós  
1258teríamos que estar com um pleno mais definido, vamos dizer assim, enquanto Tripartite,  
1259e aí particularmente para o Ministério isso é importante, até o final do ano. Pelo menos  
1260um esboço para nós podermos estar participando do CAF, do GT de Fortalecimento  
1261Institucional; para nós estarmos tentando incluir no PPA do ano que vem umas ações,  
1262inclusive dando aí o *upgrade* do PNC para um programa de apoio à gestão dentro do  
1263PPA – *não ser (?)* só a capacitação. Enfim, esse é o calendário com que nós  
1264trabalhamos. Aberto a inscrições, comentários... Vocês acham que seria o caso da  
1265Taciana fazer uma apresentação rápida do que está sendo pensado? Eu acho que  
1266talvez seja o caso agora. Eu proponho que ela faça uma apresentação sobre estratégia  
1267de financiamento do SISNAMA.

1268

1269

1270A SR.<sup>a</sup> TACIANA NETO LEME (FNMA) – Com o movimento que muitos de vocês  
1271conhecem que nós desenvolvemos o ano passado, ano retrasado e este ano com um  
1272edital de fundos, nós tivemos todo um acúmulo discutido com ABEMA e com ANAMMA  
1273com relação a questão do financiamento. Nós viemos construindo uma lógica de um  
1274sistema de financiamento ambiental. Viemos discutindo isso, obviamente é algo que  
1275está em construção e está aberto para nós continuarmos nessa discussão. Mas aí nós  
1276reconhecemos nessa lógica do financiamento que há uma diversidade de atores que  
1277financiam o meio ambiente no nosso País. Nos *últimos tempos* (?) nós identificamos  
1278tanto no âmbito governamental nas diferentes esferas, nas diferentes temáticas que  
1279não estritamente a ambiental, muita gente financiando o meio ambiente. Nós  
1280encontramos o pessoal da área da justiça financiando o meio ambiente, da área da  
1281educação, da área da saúde; financiando o meio ambiente, e não se *desconversamos*  
1282(?). Se nós formos para as esferas dos entes, se nós pegarmos os diferentes entes da  
1283federação, nós reconhecemos também uma enormidade de atores que estão mais ou  
1284menos habilitados, ou mais ou menos ativos no financiamento, mas reconhecemos  
1285alguns atores. Temos as esferas privadas, tanto de interesse público quanto de  
1286interesse privado, que vêm financiando o meio ambiente. Muitas vezes o volume de  
1287recurso destes entes é muito maior do que nosso 1% de orçamento que nós temos no  
1288âmbito nacional. Não é diferente no âmbito estadual ou no âmbito municipal. Os  
1289orçamentos de meio ambiente são sempre *poucos e restritos* (?). Mas o que nós  
1290enxergamos é que algumas oportunidades se articularam nos diferentes atores.  
1291Podemos reconhecer que há mais atores que podem contribuir no financiamento da  
1292Política Nacional do Meio Ambiente. Além disso, também nós viemos discutindo uma  
1293série de fontes de recursos. O ano passado, esse ano um dos famosos, das fontes de  
1294recurso, foi até a CFA, que é uma fonte possível de recurso, mas nós viemos  
1295reconhecendo uma enormidade de possibilidades de taxas, de instrumentos  
1296econômicos que podem compor numa lógica sistema de financiamento. Além disso,  
1297como Fundo Nacional do Meio Ambiente nós somos defensores de que uma política de  
1298financiamento seja feita por meio de fundos. Na medida que um fundo público é um  
1299instrumento de Estado... Independente do gestor que está na ocasião, ele é um  
1300instrumento de Estado que pode garantir a transparência, pode garantir o controle  
1301social. E pode ser uma estratégia de alavancagem de recurso. Então, o Fundo Nacional  
1302do Meio Ambiente dobrou a sua execução, na medida que fez uma interlocução com  
1303outros atores, que não apenas o seu orçamento. Então, nós reconhecemos como uma  
1304estratégia importante a questão dos fundos. Só que para nós compormos um sistema  
1305nacional de financiamento que também dialogue com o sistema de recursos hídricos –  
1306eu acho que isso também é uma importante reflexão que nós façamos... O FIDRO, de  
1307Minas Gerais, nos procurou; o FEHIDRO, de São Paulo, nos procurou, que tem  
1308orçamentos muito superiores às vezes ao orçamento de um fundo de meio ambiente. E  
1309que nós vimos identificando uma aproximação entre a política de recursos hídricos e de  
1310meio ambiente nos estados, e que nós precisamos promover essa maior articulação.  
1311Enfim, há um nicho, um espaço de discussão de reflexão bem grande. E aí, para que  
1312isso se concretize num sistema de financiamento, nós vamos precisar fazer todo um  
1313processo de revisão do marco legal já existente. Então, a 6938, que já atingiu a sua  
1314maturidade, eu acho que é mais do que urgente desencadearmos um processo de  
1315revisão dela e de outros instrumentos legais, tanto... Em especial dos fundos... Nós  
1316temos hoje a descentralização do Ministério do Meio Ambiente para os estados, para os  
1317municípios e para as ONGs feita por meio de convênios. E nós vimos sentindo na pele  
1318a cada dia as dificuldades que se dão por meio de convênios, e a tendência é cada vez

1319 piorar. Não faz muito sentido nós termos uma relação financeira com os entes do  
1320 SISNAMA, que compartilhamos competências, nós termos uma relação financeira que  
1321 não seja mais próxima. Então, temos os mesmos objetivos, as mesmas finalidades.  
1322 Então, nós precisamos ter um marco legal que nos garanta transferir o recurso de forma  
1323 mais flexível, e sejamos co-responsáveis na execução do recurso. Então, para isso é  
1324 preciso rever a legislação. É preciso encontrar oportunidades em legislação já posta. A  
1325 LDO, ela prevê mecanismos de subvenção, outros mecanismos legais, que nós do  
1326 meio ambiente usamos muito mal isso. A área da educação e outras áreas usam  
1327 melhor esses instrumentos legais. então , nós vemos que existem algumas  
1328 oportunidades. Toda essa discussão vem sendo construída no âmbito da Rede  
1329 Brasileira de Fundos Socioambientais, e *por isso* (?) até trazer uma provocação aqui  
1330 para a Tripartite. A ABEMA e a ANAMMA, juntas com o Ministério, criaram a Rede  
1331 Brasileira, mas por conta das representações que mudaram na ANAMMA e na ABEMA,  
1332 nós precisamos recompor o comitê executivo da Rede. Havia um acordo na primeira  
1333 assembléia da Rede Brasileira de Fundos – acho que o Ney pode até resgatar um  
1334 pouco da representação dos municípios... Previsto no Regimento da Rede dois  
1335 representantes de estado, dois representantes de município, dois representantes do  
1336 âmbito federal e um dos fundos privados, dos entes privados que financiam o meio  
1337 ambiente. No caso dos municípios havia uma combinação, um acordo que uma  
1338 representação seria da ANAMMA e outra a ANAMMA talvez indicasse algum município  
1339 com assento na CNM. Então, a minha provocação das agendas é que se vocês vão ter  
1340 uma assembléia da ABEMA, colocar isso em pauta (na ANAMMA também com a CNM),  
1341 para que seja revalidado o comitê executivo para que nós voltemos a discutir isto  
1342 nesses fóruns. Eu acho que é essa a minha contribuição. E nós temos uma proposta de  
1343 agenda também, que eu acho que pode ser compartilhada com essas agendas que já  
1344 foram colocadas, que é: recompor o comitê executivo; desencadear uma estratégia de  
1345 discussão sobre o financiamento; fortalecer junto às instâncias de capacitação, seja  
1346 com os estados ou com os municípios, a capacitação para o financiamento, que é  
1347 diferente de ser algo voltado para o licenciamento, na linha de não olhar só para o  
1348 licenciamento como instrumento de gestão. O financiamento tem que ser pautado nas  
1349 capacitações. E nós temos...

1350

1351

1352 **A SR.<sup>a</sup> DIANE MARA F. VARANDA RANGEL (CMA/CNM)** – Nós temos uma linha de  
1353 capacitação só em financiamento.

1354

1355 **A SR.<sup>a</sup> TACIANA NETO LEME (FNMA)** – Então, precisamos dialogar isso.

1356

1357

1358 **A SR.<sup>a</sup> DIANE MARA F. VARANDA RANGEL (CMA/CNM)** – É meio ambiente. Nós  
1359 temos uma geral, que chama Mapa da Mina, e nós temos uma só de meio ambiente.

1360

1361

1362 **A SR.<sup>a</sup> TACIANA NETO LEME (FNMA)** – Então nós precisamos aproximar essas  
1363 agendas, esses esforços. E por último talvez seja oportuno, na medida em que haverá  
1364 uma mesa redonda no ENCA, no Encontro de Colegiados, que vai falar sobre  
1365 financiamento, talvez seja oportuno pensar a agenda que vai ter com os estados, do  
1366 PNMA, e depois com o ENCA. Se nós construirmos alguma coisa, mesmo que seja

1367sinalizar que nós vamos começar uma discussão, eu acho que politicamente já pode  
1368ser bem interessante os frutos desse processo. É isso.

1369

1370

1371**O SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – Em suma, temos  
1372várias coisas para fazer. Precisamos ver como é que distribuímos isso no tempo e nas  
1373formas.

1374

1375

1376**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (ABEMA/FEAM - MG)** –É mais uma  
1377reflexão: além de buscarmos outros instrumentos além do licenciamento, como eu já  
1378disse, e também a questão dos financiamentos, eu acho que nós precisamos fazer uma  
1379reflexão mais *de fundo* (?) do que nós queremos, quais são os objetivos. Eu tenho visto  
1380nós desenvolvermos muitos instrumentos, financiamento, e eu me pergunto: nós  
1381estamos alcançando os nossos objetivos? Primeiro eu perguntaria: existe um senso  
1382comum de quais são os objetivos? Eu acho que a nossa guia maior é o art. 225 da  
1383Constituição, e que todos nós, principalmente o poder público, o nosso esforço é buscar  
1384garantir ao cidadão o meio ambiente sadio. E o que é meio ambiente sadio? Então, eu  
1385acho que falta ainda um consenso ou um pacto entre os entes federados de qual é o  
1386nosso objetivo? Porque eu tenho muitas vezes a sensação de que a União vai para um  
1387lado, os estados vão para o outro, os municípios para os outros, quer dizer, não há um  
1388somatório dos vetores dos esforços – e todos fazem muitos esforços. E eu acho que  
1389nós poderíamos estar conseguindo muito mais do que nós conseguimos. Tem um filme  
1390que está passando no circuito comercial – não sei se (?) – mas eu disse se uma coisa  
1391que o Presidente da República poderia fazer era uma medida provisória obrigando  
1392todos funcionários públicos assistirem esse filme. Seria uma medida autoritária que  
1393teria resultado. O filme chama-se Saneamento Básico. É de um gaúcho, Jorge Furtado.  
1394É fantástico, mostra que o problema não é recurso, que o problema é como que o  
1395recurso é mal alocado. E segundo é que não só a administração pública, mas também  
1396o setor no governamental, nós acabamos valorizando mais os instrumentos, os meios,  
1397do que o fim, e acabamos normalmente nos perdendo nos instrumentos. Então, eu  
1398acho que nós poderíamos fazer um esforço (eu acho que a Tripartite é um fórum  
1399interessante, porque tem representantes dos entes federados) do que... Os nossos  
1400esforços devem ir a que direção... O que nós estamos objetivando conseguir. E a partir  
1401daí sim toda a estruturação do programa de financiamentos, etc., treinamento inclusive.

1402

1403

1404**O SR. SEBASTIÃO NEY VAZ (SEMASA – SP)** – Eu ia falar quase a mesma linha, com  
1405algumas outras diferenças. Então, eu vou repetir o que o José Cláudio falou: eu acho  
1406que teria que ter uma proposta de agenda, Paulo. No final das contas nós somos os  
1407mesmos. Pelos vários fóruns que nós temos participado acaba todos se encontrando e  
1408nós somos os mesmos. Não adianta procurar outros protagonistas para essa história  
1409porque acaba sobrando para todos nós que estamos aqui. O pessoal que está no  
1410CIPAM agora reúne no mesmo horário... E aí começa a fazer encontro do art. 23 e da  
1411Conferência Nacional... Somos nós mesmos que estamos lá. Então, é mais ou menos  
1412nessa linha de tentar objetivar o que nós vamos priorizar, o que nós vamos... Talvez,  
1413não dê para priorizar, mas tentar agregar o máximo possível dessa agenda para que  
1414nós possamos conseguir comparecer. Por exemplo nós da ABEMA não temos  
1415nenhuma condição de estar ao mesmo tempo em vários lugares. O que tem acontecido

1416conosco é o esforço sobre humano de alguns “Don Quixotes” que temos aqui. Então,  
1417eu acho que é mais ou menos nessa linha. *Se nós conseguirmos (?)* fechar algumas  
1418prioridades com alguns objetivos mais para nós podermos agilizar essa agenda seria  
1419melhor. São várias coisas que podem e que estão falando basicamente a mesma coisa.  
1420

1421

1422**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (ABEMA/FEAM - MG)** – *Você viu o ato*  
1423*falho do Sebastião, não é? Eu acho que ele está pensando (?)* em aceitar o convite do  
1424Governo do Estado de Minas para vir trabalhar conosco.

1425

1426

1427**A SR.<sup>a</sup> VIRGÍNIA MÜZELL (MMA/DSIS/SAIC)** - Eu concordo plenamente também com  
1428esse enfoque, até nós sentimos isso quando fazemos os processos de capacitação,  
1429que na verdade são projetos que tendem a ampliar muito mais essa gama de atores  
1430nos estados. Mas o fato é que acabam ficando poucas pessoas como realmente  
1431responsáveis por isso, e esse objetivo de ampliação nem *sempre (?)* é obtido na  
1432continuidade, que é o mais importante. Eu só queria lembrar que esse esforço de fazer  
1433com que todos caminhem para o mesmo lado é exatamente o objetivo das conferências  
1434nacionais. Então, nós também não podemos colocar fora o que já tem vindo para cá. E  
1435o programa de capacitação foi um dos projetos indicados pela conferência de 2003... E  
1436que nós possamos ter a capacidade de continuidade das mesmas prioridades que  
1437tinham sido elencadas, porque um dos grandes problemas que faz com que nós  
1438fiquemos sempre rodando é que não se tem continuidade das coisas que já foram  
1439iniciadas. Nós temos uma tendência a ir abandonando aos poucos, porque a tendência  
1440é que os processos se ampliem e se capilarizem, e aí nós tendemos a perder o controle  
1441deles. Então, nós temos que também fazer uma reflexão de como é essa nossa  
1442sistemática de trabalho, que acaba nos exigindo demais e não conseguindo fazer com  
1443que nós possamos *medir (?)* os resultados dessas prioridades que foram elencadas. É  
1444mais para nós pensarmos.

1445

1446

1447**O SR. FRANCISCO SIMÕES PIRES (ABEMA/SEMA - RS)** – Eu penso que, talvez  
1448objetivando, se nós temos uma dada 9 e 10 para discutir o PNMA, novembro o encontro  
1449das Tripartites, e porque não, então, em outubro, aproveitando esse mote, nós  
1450deliberarmos como pauta três tópicos que são os mais abrangentes e recorrentes pelo  
1451visto: financiamento, licenciamento, no caso seria, e o PNMA III. Nós fazemos os  
1452encontros regionais agora em outubro, das regiões e dos estados, e vimos já prontos  
1453para uma grande. Talvez seja o que está pedindo José Cláudio hoje, vamos dizer, pelo  
1454pouco espaço de tempo e pela preocupação, focando nesses três objetivos. E a partir  
1455de novembro com esse cenário talvez nós possamos projetar melhor, até mobilizando  
1456as próprias tripartites nos estados para saber que tipo de tripartites querem ser e de  
1457que tipo de tripartite vai ser a nacional. Mas aí para 2008, porque não tem tempo.  
1458Parece-me de um modo mais pontual, e acho que a preocupação colocada pela Mesa  
1459foi nesse sentido. Então, a minha sugestão seria esta: em outubro reuniões das  
1460tripartites das regiões; o encontro nacional em novembro, centrado nestes três temas:  
1461PNMA, licenciamento (PNC) e estratégia de financiamento.

1462

1463

1464 **A SR.<sup>a</sup> TACIANA NETO LEME (FNMA)** – Reforçando, eu acho que a reunião é colocar  
1465 todos esses temas juntos. Não é à toa, é esse esforço de tentar reunir essas  
1466 discussões com os mesmos atores. Eu só gostaria de lembrar que – até reforçando o  
1467 que a Virgínia e o José Cláudio falaram – nós sabemos o que nós queremos porque  
1468 está pautado aí por algumas deliberações da própria sociedade. Nós temos a 1<sup>a</sup>  
1469 Conferência Nacional, a segunda, estamos indo para a terceira, que sinaliza para uma  
1470 série de demandas da sociedade no que diz respeito à questão ambiental. A questão  
1471 do financiamento é demanda na primeira, é demanda na 2<sup>a</sup> Conferência. Na 1<sup>a</sup>  
1472 Conferência foi demandada a criação da Rede Fundos. Na 2<sup>a</sup> Conferência houve um  
1473 "boom" de demandas com relação à questão do financiamento. Eu espero que na  
1474 terceira aumente ainda mais para que nós possamos de fato implementar a questão do  
1475 financiamento. Então, esse esforço de eu estar vindo como Fundo Nacional trazendo a  
1476 Rede de Fundos, foi no sentido de juntar essas agendas e aproveitar os momentos.  
1477 Inclusive nós tínhamos uma proposta de data que era diferente dessa, e aí falamos com  
1478 o Paulo, que falou tinha a reunião do PNMA, então, aproveitar esse esforço de reunir as  
1479 agendas.

1480

1481

1482 **A SR.<sup>a</sup> DIANE MARA F. VARANDA RANGEL (CMA/CNM)** – Eu só gostaria de *ver* (?)  
1483 uma pequena correção. Eu acho que o Francisco, ele foi feliz em fazer um resumo, mas  
1484 eu só queria abrir um pouco quando ele colocou licenciamento, eu preferiria  
1485 descentralização da gestão ambiental, onde o licenciamento é um dos pontos. E muitas  
1486 vezes ele não é o ponto... É o ponto de enclave e não o ponto chave de fazer *upgrade*  
1487 para essa descentralização. E eu acho que a questão do financiamento nós temos que  
1488 debater sob duas óticas que eu acho que são fundamentais, e que são essas óticas  
1489 diferentes que são os entraves para o município entrar de cabeça na gestão ambiental.  
1490 Hoje você tem recursos orçamentários e transferências constitucionais carimbadas para  
1491 saúde, para educação; alguma coisa para saneamento, alguma coisa para resíduos  
1492 sólidos – porque saneamento e resíduos sólidos estão dentro do escopo do meio  
1493 ambiente. Mas você precisa ter um sistema de financiamento, não só para o estado,  
1494 mas para o município, e não só oriundos dos seus próprios recursos, mas que os  
1495 fundos também possam financiar projetos. A grande maioria dos fundos, pelo menos os  
1496 municipais – e aí eu não estou entrando nos estaduais – as decisões quase sempre são  
1497 de financiar projetos de organizações não governamentais. Então, que nós  
1498 inseríssemos isso nessa pauta de discussão de financiamento da *questão/gestão* (?)  
1499 ambiental, mas sob uma ótica mais ampla.

1500

1501

1502 **SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – Bom, eu estou  
1503 inscrito também. Enfim, eu acho que é boa a proposta do Francisco *para nós vermos*  
1504 (?) como é que nós compatibilizamos essas coisas todas. Aceito o adendo da Diane no  
1505 sentido de ampliar um pouco mais a discussão. Então, nós teríamos basicamente três  
1506 eixos: seria a questão do financiamento; a questão da descentralização da gestão; e o  
1507 terceiro é o PNMA. Tanto PNMA como um eventual programa de apoio são  
1508 instrumentos. Eu acho que nós podemos colocar o foco no instrumento ou podemos  
1509 colocar o foco no tema. Como tema eu acho que talvez eu colocaria a questão de  
1510 capacitação e assistência técnica como um eixo, vamos dizer, de atuação. Tanto o  
1511 PNMA vai ter que trabalhar como o programa municipal, etc. E tem um quarto eixo que  
1512 remotamente a questão que o José Cláudio levanta remete, que é o seguinte, que nós  
1513 trabalhamos pouco até agora em termos de descentralização, que é o SINIMA, ou seja,  
1514 a questão da informação. Porque tem a ver um pouquinho com o que o José Cláudio  
1515 levanta? Esse onde que nós queremos chegar precisa, talvez, de alguns indicadores  
1516 para nós percebermos o quanto nós estamos distante ou não, em que medida que nós  
1517 estamos tão... O que nós estamos fazendo, em que medida que isso está contribuindo  
1518 de alguma maneira para fazer avançar realmente as políticas, o estado geral do meio  
1519 ambiente, a questão da qualidade de vida, etc.. O que queira se definir. E para isso  
1520 você precisa ter instrumentos para medir, instrumentos para comparar, instrumentos  
1521 para verificar a evolução, etc. E o SINIMA acho que até agora esteve muito distante  
1522 dessa discussão, quer dizer, não por culpa deles óbvio, mas eu acho que um pouco  
1523 de... Enfim, nós não conseguimos incorporar ainda. E acho que já está na hora de nós  
1524 começarmos a pensar como é que nós podemos integrar a questão da informação  
1525 ambiental dentro da nossa qualificação da gestão. Óbvio, que isso não define do ponto  
1526 de vista qualitativo, nem em última instância os objetivos que você quer chegar. E eu  
1527 gostaria de colocar também o seguinte: nós estamos pensando na agenda até o final do  
1528 ano, agora, eu gostaria que, já que a idéia nossa é fazer uma agenda até o final de  
1529 2008, eu gostaria de lembrar de outros eventos que vão estar se desenrolando em  
1530 2008. Do ponto de vista da gestão municipal, quer dizer, execução de qualquer coisa  
1531 vai até abril. Dificilmente dá para fazer algo além de abril, em função das limitações da  
1532 Lei Eleitoral. Isso tem um aspecto negativo e um positivo objetivo. Negativo no sentido  
1533 de que isso limita efetivamente a execução das ações ao longo de todo o ano que vem.  
1534 Agora, na medida em que nós conseguimos propor coisas, desencadear processos,  
1535 eventualmente assinar convênios, ou pura e simplesmente colocar propostas no sentido  
1536 de estruturar a gestão municipal, de avançar na qualificação da gestão municipal, tanto  
1537 estados como municípios, o processo eleitoral é uma ótima caixa de ressonância para  
1538 essas coisas, quer dizer, para a sociedade como um todo, para as candidaturas que  
1539 devem eventualmente querer assumir compromissos perante os seu eleitorado no  
1540 sentido de se diferenciar, etc. Então, eu acho que é importante até nós aproveitarmos o  
1541 processo eleitoral, nesse sentido mais positivo, de nós enquanto órgãos ambientais,  
1542 tripartites, etc., termos propostas que incidam de alguma maneira no próprio processo  
1543 eleitoral, fazendo com que as diversas candidaturas realmente se comprometam com  
1544 as ações que podem ser desenvolvidas, etc. Segundo, uma vez passado o processo  
1545 eleitoral, certamente nós vamos ter uma enorme tarefa no sentido de estar qualificando  
1546 e integrando sobretudo as novas administrações municipais nesse processo de  
1547 melhoramento da gestão ambiental dos municípios. Então, nós temos dois momentos aí  
1548 bastante diferenciados, vamos dizer assim, em função do calendário político do ano que  
1549 vem. E certamente também o PNMA III vai poder ser executado de fato, uma vez  
1550 contraídos os empréstimos, firmados os acordos em nível de Estado, etc., é a partir de

1551segundo semestre de 2008. Então, eu vejo realmente assim: nós vamos ter uma fase  
1552nitidamente de planejamento, de ações – não nos resta fazer muita coisa. Do ponto de  
1553vista da execução a nossa capacidade vai estar limitada. E nitidamente uma fase de  
1554execução, de implementação, que é basicamente a partir do segundo semestre de  
15552008. Por exemplo, programa de capacitação já foi levantada a necessidade de nós  
1556estarmos incluindo meio ambiente como matéria dos cursos de formação de gestores  
1557municipais, de vereadores nas câmaras municipais. Isso precisa ser colocado na pauta.  
1558Eu, particularmente, considero uma enorme vitória o Governo Federal incluir meio  
1559ambiente no seu programa de fortalecimento da *gestão municipal* (?), junto com saúde,  
1560educação, previdência, assistência social e cidades. Meio ambiente está “no bolo”, eu  
1561acho ótimo. É um avanço, realmente, que nós conseguimos em termos de  
1562transversalizar o tema da questão ambiental. bom, só algumas preocupações que eu  
1563queria colocar. Nós vamos ter que prever ações concretas em relação a... Tem o PNMA  
1564e a avaliação do PNC, como dois momentos de catalisação para pensar em termos de  
1565programas de gestão municipal e estadual, fundamentalmente, embora tenham  
1566interfaces. O PNMA também, embora o interlocutor privilegiado dele sejam os órgãos  
1567estaduais de meio ambiente, nós estamos trabalhando com a noção de sistema, nós  
1568estamos trabalhando com a concepção de SISNAMA, quer dizer, uma das atribuições  
1569dos órgãos estaduais é pensar num sistema estadual de meio ambiente também.  
1570Nesse sentido ele vai estabelecer, obviamente, relações com municípios. Assim como  
1571um eventual programa de apoio à gestão municipal tem que estar partindo dessa noção  
1572de sistema também, e da sua integração e distribuição de atribuições e colaboração  
1573com os órgãos estaduais e federais de meio ambiente. Eu acho que isso tem que estar  
1574claro. Eu acho que só falta nós pensarmos um pouco melhor como é que nós  
1575incorporamos. O SINIMA está entrando via sistemas estaduais de licenciamento, mas  
1576acho que ele tem que romper também sua marra com a questão do sistema de  
1577licenciamento. Tem que ver que instrumentos que nós podemos desenvolver de  
1578planejamento ambiental para a gestão municipal e estadual e como é que entram os  
1579sistemas de informações dentro disso.

1580

1581

1582**O SR. FRANCISCO SIMÕES PIRES (ABEMA/SEMA - RS)** – Quem sabe isso fica para  
1583pauta de 2008, porque aí nós temos desde a questão da proteção florestal. Poderia  
1584juntar todas essas informações, documentos de *manejo* (?) florestal, que o IBAMA...  
1585Nós teríamos... Eu sou dessa opinião, porque senão nós ficamos “pipocando”. É o tipo  
1586sistema único ambiental. Pronto. Sistema único de informações ambientais. É uma  
1587idéia. Eu penso que este é um tema de casa que tem que pensar. É uma idéia que  
1588brotou na conversa, não é nada mais com reflexão.

1589

1590

1591**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (ABEMA/FEAM - MG)** –Só para falar  
1592pela última vez... Eu vou insistir na questão dos fins. O que o Francisco colocou está  
1593correto, o financiamento, o licenciamento, que depois foi sugerido descentralização. Eu  
1594até acho que é mais do que isso, eu acho que é integração da gestão. A Constituição já  
1595diz que a gestão é descentralizada, o art. 23 está regulamentando, o que nós  
1596precisamos é integrar a gestão no nível municipal, estadual e federal, e o PNMA. Mas  
1597tudo isso são instrumentos, são meios, não são finalidades. O Paulo Sérgio bem  
1598lembrou o exemplo da saúde e da educação, mas os programas da educação são para  
1599quê? Financiamentos, projetos? São para quê? Têm objetivos claros. Reduzir o

1600analfabetismo no País, reduzir a evasão escolar aumentar o número de anos de alunos  
1601na escola. E tem indicadores claros. Ele faz todo esse esforço para aquele objetivo.  
1602Quantos por cento da população com ensino superior, quantos por cento da população  
1603ficou mais de dez anos na escola, e por aí vai. A saúde também: é mortalidade infantil,  
1604que o País tem feito grandes projetos; é na medicina preventiva; na curativa – aí tem a  
1605longevidade, que o País vem melhorando; é atendimento no SUS. Então, quando nós  
1606discutimos financiamento, descentralização ou integração da gestão PNMA, mas para  
1607quê? Por exemplo, hoje no estado de Minas nossas prioridades são: energia e  
1608resíduos. Então, é isto que eu acho que nós precisamos ter, é prioridade, porque quem  
1609faz tudo não faz nada, que é o que está ocorrendo no meio ambiente. Primeiro que ele  
1610é muito diversificado. Então, o PNMA, os financiamentos têm muito dinheiro. Todo  
1611mundo está financiando. Mas, para quê? Você não consegue somar resultados, é tudo  
1612muito difuso. A Taciana fala: “a sociedade sabe o que ela quer”. Sabe, mas é de uma  
1613forma difusa. O CONAMA é um bom termômetro para isso. Nós vemos a discussão  
1614inclusive da representação da sociedade civil. Peguemos a questão da energia, que  
1615hoje é uma polêmica no País. A sociedade não quer nem ouvir falar em energia  
1616nuclear; termelétrica também não; hidráulica é a polêmica que é. O Governo diz que  
1617precisa crescer, mas não discute repotencialização das usinas existentes; não discute  
1618programas de economia de energia, não discute as indústrias eletrointensivas. Se nós  
1619formos discutir energia qual é a linha a seguir? Não temos diretrizes. Então, eu acho  
1620que é isto que precisava discutir primeiro: qual é a prioridade da área ambiental? O  
1621programa de financiamento vai focar que prioridades? Eu acho que antes essa  
1622Tripartite poderia ser o fórum para dizer quais são as prioridades, até para levar ao  
1623CONAMA, ou não sei onde. Para ter linhas de financiamentos dirigidas para as  
1624prioridades da questão ambiental no País.

1625

1626

1627**A SR.<sup>a</sup> CRISTINA MARIA COSTA (SINIMA/SAIC)** – Eu estava agoniada, e agradeço a  
1628oportunidade que o senhor está dando ao SINIMA, principalmente no contexto de  
1629inserir a temática sobre a informação ambiental no contexto do âmbito da Tripartite. As  
1630colocações do Dr. Cláudio vêm reiterar a nossa proposta de começar a repensar a  
1631dimensão estratégica da informação ambiental. Então, nós estamos aqui envolvidos em N  
1632prioridades, e nós temos várias possibilidades de definir prioridades. Nós começamos a  
1633pensar no contexto do *sistema nacional informação sobre (?)* meio ambiente em algo  
1634que avançasse um pouco além da simples disponibilização das informações, várias que  
1635são produzidas no Brasil em âmbito estadual, municipal e pelo próprio Governo  
1636Federal, considerando também mais um pouco além da articulação desses sistemas de  
1637informação. E nós começamos a perceber a necessidade de definição. *Isso trata (?)* de  
1638retomada da discussão sobre a dimensão estratégica dessa informação para que fim, e  
1639dentro de um contexto de prioridade. O Dr. Paulo lembrou a questão dos indicadores.  
1640Nós temos aí necessidade de definição de indicadores, mas agora os indicadores  
1641devem estar estabelecidos por um determinado fim. Que fim é esse? Nós não  
1642sabemos. Então, é a oportunidade da Tripartite, se for hoje deliberada a questão da  
1643CG8 das reuniões regionais dessa Tripartite, preparatórias *para a (?)* nacional, eu já  
1644peço aqui a gentileza dos senhores, considerarem a oportunidade de que nós  
1645participemos dessas regionais para começar a discutir conjuntamente essa dimensão  
1646estratégica da informação, e que também passa pela integração dos sistemas, pela  
1647operacionalização de coisas mais concretas, como (?) por exemplo; mas avançando  
1648também na questão de discussão, por exemplo, de indicadores; ou que seja colocado

1649na pauta de discussões dos governos essa importância estratégica da informação. É  
1650isso. Desculpa a apresentação meio atabalhoada.

1651

1652

1653**O SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – Alguém mais está  
1654inscrito ou quer se inscrever para falar sobre os temas?

1655

1656

1657**A SR.<sup>a</sup> DIANE MARA F. VARANDA RANGEL (CMA/CNM)** – Eu peço desculpas, mas  
1658eu vou... Eu acho que a questão de informação é base. Sem ela tem dificuldade até de  
1659tomar decisão. Então, o que eu acho é que nós temos que discutir que sistema de  
1660informação nós queremos. E a segunda coisa é parar com esse negócio de que tem um  
1661sistema de informação da Agência Nacional de Águas, um sistema de informação da  
1662Agência Nacional de Energia, um sistema de informação da Agência... E todos eles têm  
1663componentes ambientais muito grandes. Se você pega o sistema de informação da  
1664Agência Nacional de Águas, você tem a questão de uso do solo da maior parte das  
1665bacias hidrográficas bastante detalhado, e que pode ser base de várias outras coisas.  
1666Então, o que nós precisamos é ter um mecanismo de articular esses sistemas de  
1667informação. E a outra coisa é como nós podemos – e aí eu não entendo nada de TI.  
1668Vocês desculpem a minha forma leiga de dizer, mas como você pode plotar os  
1669sistemas estaduais, por exemplo, as licenças ambientais que existem dentro desses  
1670mapas temáticos que você tem construindo *layers* em que nós possamos fazer uma  
1671leitura sistêmica do que está acontecendo na nossa região, no nosso município. Na  
1672região, no estado e no País. Com isso nós vamos possibilitar tomar decisões muito  
1673mais consistentes, seja em que nível da federação você for. A outra coisa que eu acho,  
1674eu acho que o José Cláudio está coberto de razão quando nós dizemos que precisa ter  
1675metas. Isso, inclusive, foi a minha fala no encontro da ANAMMA, que nós precisávamos  
1676trabalhar com metas, e trabalhar com sistema de financiamento, etc. Só que eu acho  
1677que metas no meio ambiente nós temos que ter muito claro como eleger. Nós vivemos,  
1678primeiro, num mundo global e complexo, em que nós temos muitos assuntos que estão  
1679permeando, e que são graves a cada momento. Por exemplo, hoje é grave a questão  
1680de desmatamento. Hoje é grave a questão de mudança climática. Quais são os fatores  
1681que interferem na mudança climática? O que cada ente da federação pode fazer para  
1682isso? Hoje é grave a matriz energética. A última reunião do Conselho Nacional de  
1683Energia, por exemplo, decidiu pela repotencialização, tomou uma série de decisões  
1684para questões para questões que eles chamaram de lá urgentes, não de emergenciais.  
1685Então, tem uma série de coisas, só que nós não conseguimos. Mesmo sendo muitas  
1686vezes os mesmos atores (não é, Sebastião?) nós não conseguimos reunir todas as  
1687informações para nós até decidirmos quais são os nossos... Onde envidar os nossos  
1688melhores esforços. Por exemplo, para nós da CNM na área ambiental é muito mais  
1689fácil, porque nós não estamos no cotidiano da gestão. Para nós a decisão da nossa  
1690meta é: nós queremos que mais 500 municípios tenham gestão ambiental municipal  
1691implantada com... Aí nós dizemos o que é que nós queremos que tenha nesses 500  
1692municípios em um ano. Aí depois mais 1500 no segundo ano; e assim vai. Mas que *nós*  
1693*não estávamos* (?) no cotidiano. Agora, definir áreas temáticas para trabalhar, eu acho  
1694que no mundo complexo que nós estamos vivendo, e com o cotidiano que se sobrepõe  
1695a cada momento, eu acho complexo. Mas acho que você citou dois pontos  
1696fundamentais, e que estão inter relacionados, que é a questão de energia e resíduos.  
1697Todos esses dois pontos são pontos de estrangulamento, tanto para o município quanto

1698para o estado. O de resíduos eu não acho que seja uma solução tão difícil assim. O de  
1699energia eu já acho um pouco mais complexo por causa da matriz e do nosso modelo de  
1700gestão de energia no Brasil.

1701

1702

1703**O SR. FRANCISCO SIMÕES PIRES (ABEMA/SEMA - RS)** – Se mudar resíduos para  
1704saneamento ambiental a *complexidade* (?)...

1705

1706

1707**A SR.<sup>a</sup> DIANE MARA F. VARANDA RANGEL (CMA/CNM)** – Aí é igual. Eu estou  
1708chamando de resíduos mais do ponto de vista...

1709

1710

1711**O SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – E tudo indica que  
1712os dois talvez possam se agrupar atualmente, em função da emergência que a questão  
1713está tomando sob o rótulo de mudanças climáticas. *É um pouco* (?) o que está se  
1714propondo para essa conferência. E aí, bem lembrou a Virgínia, eu acho que caberia à  
1715Conferência montar os grandes nortes da política ambiental num determinado período,  
1716que, cá entre nós, em última instância, é um instrumento mais democrático, mais  
1717participativo – ou deveria ser, dependendo de como seja encaminhado. Mais  
1718participativo, que vai envolver o conjunto da população do País, inclusive, nos estados,  
1719nos municípios, etc. Nós sabemos que tem problema de encaminhamento e que muitas  
1720vezes as dificuldades de efetivar a conferência realmente como um instrumento de  
1721participação acaba implicando em limitações que ela tenha em última instância. Mas, de  
1722qualquer maneira eu acho que nós devemos ficar um pouco atentos em tentar  
1723compatibilizar... Até para atender um pouco a preocupação do Sebastião: como é que  
1724nós combinamos isso? Não dá para nós estarmos em tudo ao mesmo tempo. Se nós  
1725somos os mesmos, como é que nós combinamos isso. E eu acho que a questão é  
1726muito mais como combina, realmente, do que nós estarmos vendo isso como processos  
1727isolados ou processos independentes, quer dizer, quando nós colocamos na própria  
1728discussão da pauta dos encontros dos órgãos colegiados o papel dos colegiados dentro  
1729do SISNAMA precisa ser visto. Assim como o papel da conferência também dentro do  
1730SISNAMA precisa ser pensado. Nós não estamos falando de coisas diferentes,  
1731teríamos que estar convergindo realmente para uma concepção geral de como é que se  
1732faz a gestão ambiental neste País. E a conferência, eu acho que caberia talvez esse  
1733papel de estabelecer as diretrizes em última instância. Mas aí também eu acho que ela  
1734não pode ser feita a cada dois anos. Ela teria que ser feita para um período mais longo.  
1735Mas, enfim, são questões que estão colocadas aí. No nosso curto horizonte até 2008, e  
1736enquanto Tripartite, eu acho que nós saímos daqui com uma agenda mais ou menos  
1737estruturada, eu tenho a impressão. Eu acho que têm alguns eventos que estão sendo  
1738dados pela própria dinâmica de definição do Ministério para um lado, dos projetos  
1739políticos mais gerais por um outro, que vão um pouco nos balizar. Tem seminário no  
1740PNMA, que é forçoso *ver nesse* (?) período em função da própria negociação com o  
1741Banco Mundial, que acho que é um ponto de partida para uma discussão mais ampla  
1742de como é que fica a questão da gestão ambiental nos estados. O encontro das  
1743tripartites estaduais, junto com a avaliação do PNC no começo de novembro é um  
1744momento para nós convergirmos um pouco com a discussão dos encontros regionais  
1745que vão haver; da discussão que já terá havido também do PNMA acerca do  
1746componente do licenciamento e planejamento ambiental, etc. Isso tudo deve convergir

1747um pouco para o início de novembro, não é? Que vai ser o momento de nós batermos o  
1748martelo em relação há um plano mínimo de trabalho, vamos dizer, para 2008, pelo  
1749menos. Quais são as coisas que nós propor para o PPA num nível de Governo Federal,  
1750o que nós vamos propor para esse programa mais geral de apoio aos municípios, o que  
1751nós vamos propor para o Banco Mundial, em última instância como negociação para o  
1752PNMA; enfim, tem uma série de processos que vão estar convergindo para isso aí. A  
1753questão do SISNAMA mesmo, eu acho que até aí vamos... Só para lhe adiantar, Diana:  
1754o que você falou da necessidade de construção de um sistema de informação é  
1755exatamente a proposta do SINIMA. Nós temos que ver se ele está executando isso ou  
1756não. Enfim, isso tudo tem que ser integrado de alguma maneira, para que nós não  
1757dupliquemos esforços e não atiremos para tudo quanto é lado.

1758

1759

1760E gasta muito dinheiro...

1761

1762

1763**O SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – Exatamente.

1764Como proposta: eu acho que seria interessante se nós fizéssemos, por ocasião das  
1765tripartites estaduais, uma outra reunião da Tripartite nacional – ou depois, ou logo  
1766depois, alguma coisa – para dar um pouco um balanço nesse processo. Para tentar ver  
1767se sistematiza um pouco o que ficou nesse processo. Talvez até um pouco depois.  
1768Damos um tempo. Não muito depois, porque aí chegamos no final do ano, mas...

1769

1770

1771**A SR.<sup>a</sup> DIANE MARA F. VARANDA RANGEL (CMA/CNM)** – Mas eu acho que é  
1772importante esse balanço, até para nós, analisando o que vem das tripartites estaduais,  
1773nós até repensarmos o que nós analisamos aqui.

1774

1775

1776**O SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – A reunião do  
1777CONAMA em novembro já tem data? 26 e 27? Só que eu acho ruim nós fazermos  
1778essas reuniões exprimidas entre a reunião do CONAMA. Às vezes têm coisas que  
1779vêm... Não sei, vocês acham que é o caso (?) de fazer mais ou menos por aí? 25? Pois  
1780é, sempre coincide com CIPAM, que é antes.

1781

1782

1783**O SR. SEBASTIÃO NEY VAZ (SEMASA – SP)** – Nunca foi, viu Paulo. Sempre são  
1784agendas distintas.

1785

1786

1787**O SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – Eu acho que  
1788talvez fosse o caso de nós fazermos um pouco antes. Não sei, uma semana antes...

1789

1790

1791**O SR. SEBASTIÃO NEY VAZ (SEMASA – SP)** – Não sei o caso da ABEMA, mas os  
1792representantes são diferentes. Então, dá para fazer.

1793

1794

1795 **SR. EUGÊNIO MARCOS SOARES CUNHA (ABEMA/IDEMA – RN)** – Eu preferia  
1796 que fosse dessa maneira, junto com a do CONAMA. Poderia ter uma cedo de manhã e  
1797 outra à tarde. Podemos ver isso do representante.

1798

1799

1800 **SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – Agora, eu acho  
1801 que seria interessante ter uma reunião um pouco maior, talvez de um dia inteiro, da  
1802 Tripartite Nacional.

1803

1804

1805 **SR. EUGÊNIO MARCOS SOARES CUNHA (ABEMA/IDEMA – RN)** – Nós  
1806 verificamos que o problema do CIPAM foi que não houve a comunicação da reunião.  
1807 Pode ter outro representando.

1808

1809

1810 **SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – Mas vocês  
1811 concordam com a idéia de nós fazermos a reunião por meados do final de novembro?  
1812 Para nós tentarmos dar um balanço nesse processo todo e amarrar um plano realmente  
1813 para 2008.

1814

1815

1816 **SR. EUGÊNIO MARCOS SOARES CUNHA (ABEMA/IDEMA – RN)** – Normalmente  
1817 já tem reunião da ABEMA à noite.

1818

1819

1820 **SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – Junto com a do  
1821 CONAMA, normalmente? Nós vamos nos comunicar. Aliás, o Eugênio não estava ainda  
1822 quando nós demos o informe sobre a sede. O Hamilton falou rapidamente. A nossa  
1823 idéia é a seguinte: nós estamos propondo, negociando junto do Ministério, vai ser  
1824 colocado no grupo dirigente do Ministério agora, a questão da sede. A questão do  
1825 funcionário que a ANAMMA reivindicou, me parece que não é difícil de ter um  
1826 funcionário disponível. Mas a idéia é colocar no mesmo prédio, que é o prédio para o  
1827 MMA, uma sala para ANAMMA, uma para a ABEMA e uma sala para a Tripartite  
1828 Nacional, secretaria que o Ministério vai manter. A nossa secretaria do Ministério, da  
1829 Tripartite Nacional ficar no mesmo lugar. Isso certamente facilita *horrores* (?), contato...  
1830 Essa coisa, articulação que nós vamos poder desenvolver.

1831

1832

1833 **SR. EUGÊNIO MARCOS SOARES CUNHA (ABEMA/IDEMA – RN)** – Uma previsão  
1834 disso, você teria para eu...?

1835

1836

1837 **SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – É decisiva, se a  
1838 reunião do grupo dirigente aqui que o Hamilton falou que seria a semana que vem... Aí  
1839 nós vemos como é que encaminha. OK? Alguma coisa a mais? Bom, proposta: nós  
1840 vamos tentar sistematizar esse calendário que nós conversamos aqui e enviar para  
1841 vocês o mais rápido possível – até o final dessa semana possivelmente – para orientar  
1842 as ações dos estados. Fazer as regionais durante outubro. Nessas três temáticas.

1843

1844 **O SR. EUGÊNIO MARCOS SOARES CUNHA (ABEMA/IDEMA – RN)** – Paulo Sérgio,  
1845 e as reuniões estaduais?

1846

1847

1848 **O SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – Boa pergunta. É o  
1849 seguinte: nós estamos ainda numa fase de tentar levantar como é que está a situação  
1850 das tripartites estaduais. Até pouco tempo atrás nós não tínhamos nem informação  
1851 sobre os representantes, etc. Nós estamos fazendo esse balanço. Agora, nós  
1852 estávamos tentando fazer uma agenda assim: na medida em que a tripartite estadual  
1853 reivindicava, nós tentávamos montar uma reunião em cada lugar. Agora talvez nós  
1854 tenhamos que trabalhar um pouco mais fino nesse troço. Definir prioridades... Talvez  
1855 até... Aí tanto ANAMMA como ABEMA pode nos ajudar nesse sentido, de ver quais são  
1856 as prioridades de reunião da tripartite ou de reconstituição das tripartites estaduais.  
1857 Reorganização das tripartites estaduais.

1858

1859

1860 Já pode organizar as reuniões?

1861

1862

1863 **O SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – Pode propor. Aí, é  
1864 o seguinte, tem que combinar conosco. Nós somos do lado federal, não  
1865 necessariamente o Ministério precisa estar presente em todas. Onde tem IBAMA que  
1866 assume: graças a Deus. Agora, tem lugares que o IBAMA não tem muitas condições de  
1867 estar participando, etc. Mas, aí nós nos articulamos, quer dizer, propõe a data e nós... A  
1868 Fárida, como secretária da Tripartite Nacional está propondo que as estaduais mandem  
1869 as suas composições, que até agora nós não temos de todas.

1870

1871

1872 **O SR. EUGÊNIO MARCOS SOARES CUNHA (ABEMA/IDEMA – RN)** – ABEMA  
1873 mandou, não mandou?

1874

1875

1876 **A SR.<sup>a</sup> FÁRIDA XIMENES (MMA/DSIS/SAIC)** – A ABEMA manou. Goiás está faltando  
1877 alguns nomes. Cada estado...

1878

1879

1880 **O SR. EUGÊNIO MARCOS SOARES CUNHA (ABEMA/IDEMA – RN)** – Mas aqueles  
1881 estados que foram inclusive *publicados (?) já dois anos Rio Grande do Norte (?)*  
1882 continua a mesma coisa ou tem mudança?

1883

1884

1885 **A SR.<sup>a</sup> FÁRIDA XIMENES (MMA/DSIS/SAIC)** – Alguns casos já tem.

1886

1887

1888 **O SR. EUGÊNIO MARCOS SOARES CUNHA (ABEMA/IDEMA – RN)** – Eu vou  
1889 verificar isso.

1890

1891

1892 **O SR. PAULO SÉRGIO DE CASTILHO MUÇOUÇAH (SAIC/DSIS)** – OK? Beleza.